

<b>REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO</b>
<b>Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral</b>
<b>59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral</b>

<b>DADOS GERAIS</b>
<b>Local:</b> Sede dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral
<b>Endereço:</b> Rodovia RS 427 Km 18 – Itaimbezinho
<b>Data:</b> 16/04/2019
<b>Horários:</b> 14:00 hs as 17:00 hs
<b>Participantes:</b> Conforme lista de presença no anexo 1.
<b>PAUTA</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentação sobre a regularização fundiária dos Parques;</li> <li>2. Apresentação sobre o andamento das atividades dos Grupos de Trabalho e das Câmaras Temáticas;</li> <li>3. Informes gerais.</li> </ol>
<b>ATA</b>

- 1 Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, teve início a 59ª.  
2 Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados  
3 da Serra e da Serra Geral, de 14h a 17h00 na sede do Parque Nacional de Aparados da  
4 Serra na sala do Auditório. Estiveram presentes os participantes de acordo com a lista de  
5 presença em anexo.
- 6 O Sr. Fabio Luís Vellozo de Mello, presidente do Conselho Consultivo dos Parques  
7 Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral dá início à 59ª. Assembleia Ordinária do  
8 Conselho Consultivo se apresentando como atual Chefe dos Parques Nacionais de  
9 Aparados da Serra e Serra Geral e solicitando a cada um que se apresente, conforme segue  
10 Sr. Deonir Zimmerman, analista ambiental trabalha com a regularização fundiária dos  
11 parques aqui desde 2005, Sr. Andrews Mohr empresário de Cambará e participante ouvinte  
12 do conselho faz parte da Aeturcs e ASG ambas com cadeiras no conselho, Sr. Paulo Sergio  
13 Analista ambiental dos parques e Gerente de Combate e prevenção do Fogo. Sra. Nivea  
14 Franzen da ONG Mirasserra e participante do conselho, Sra. Luciane Castilhos de  
15 Cambará, ouvinte, Sr. Paulo Valin da Pousada Alvorada de Cambará do Sul, Sr. Eduardo  
16 Bernardino empresário de Cambará do Sul representando a ASG, Sr. Jorge Diretor de  
17 Turismo de Praia Grande, Sra. Ketulyn Fuster da SEMA e gestora do parque Estadual de  
18 Tainhas, Sra. Eridiane Lopes da Silva analista ambiental dos parques e trabalha atualmente  
19 com pesquisa e monitoramento, Sra. Camila Trindade da Emater de Cambará do Sul, Sra.  
20 Kelly Castan da Fonseca empreendedora de Cambará do Sul, presidente da AETURCS e  
21 secretária do Conselho Consultivo dos parques, Sr. Carlos Silva de Área Rural da Azulega,  
22 Sr. José Alfredo da Área Rural da Azulega, Sr. Josemar Contesini empresário de  
23 Ecoturismo e turismo de aventura de Cambará do Sul e representante do Conselho  
24 Municipal de Turismo de Cambará do Sul e faz parte da secretaria executiva do conselho  
25 consultivo, Sr. Pablo Lehmann professor da universidade UNISINOS, Sra. Kenia  
26 Valadares analista ambiental e trabalha com socio ambiental nos parques.
- 27 O Sr. Deonir apresenta a situação atual da regularização fundiária dos parques nacionais,  
28 relata que sua apresentação é uma projeção baseada em cronograma que foi apresentado no  
29 dia 21 de março em audiência pública no âmbito da ação civil pública na Justiça Federal de  
30 Caxias do Sul onde o parque além de ser condenado a implantar o plano de manejo, tem o  
31 compromisso de fazer a regularização fundiária dos parques. Baseado em um programa

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

32 que foi apresentado em 2010, houve esta audiência de conciliação porque ficamos alguns  
33 anos sem muitas ações de regularização fundiária por conta da ausência de recurso. Em  
34 2013 houve um acórdão no tribunal de contas da união recolhendo todo o recurso de  
35 compensação ambiental. O ICMBio recorreu a esse acórdão e em 2016 que se trata da ação  
36 de um fundo de compensação ambiental que vai nos ceder o recurso oriundo das  
37 compensações que são dos processos de licenciamento ambiental no IBAMA. A planilha  
38 em questão demonstra os valores destinados e os valores disponíveis. A situação atual dos  
39 processos das áreas, a área verde mais escuro são as áreas onde já tem a posse e o domínio,  
40 ou seja, a gente já comprou essa área e tem a posse. O verde mais claro são processo onde  
41 já se tem a posse, mas continuam tramitando discutindo a questão de valores, mas a posse  
42 não remete. O Sr. Deonir aponta os locais e o Fortaleza em azul porque são terras  
43 devolutas. Seguindo nesta sequência das ações, tem as áreas em laranja que tem os  
44 processos judiciais, que já foram iniciados, mas que não temos a posse da área. Tem os  
45 processos de 1960, os dois lados do Itaimbezinho. Os processos que foram iniciados em  
46 1960 de uma poligonal de 1000 hectares, e do outro lado uma poligonal de 800 e  
47 decorrente destas duas ações temos a condição de não estamos na posse destas áreas até  
48 hoje. Aqui o processo judicial Agrolatina que agora deve encerrar com a apresentação do  
49 terceiro laudo pericial desta área onde se imagina que o perito tenha atendido a todas  
50 demandas tanto da Agrolatina quanto do ICMBio e agora irá conseguir concluir esse  
51 processo com a reemissão da posse dessa área da Agrolatina. Já foi elaborado um laudo de  
52 avaliação do imóvel, só que aguarda o recurso para poder prosseguir com o processo ou a  
53 judicialização para aqueles processos onde já houve uma intimação e o proprietário  
54 recusou o valor, ou então a aquisição através da assinatura da escritura, são áreas que já  
55 foram avaliadas, algumas dependem de atualização dos valores, outras dependem da  
56 disponibilidade do recurso para poder entrar na justiça com a desapropriação direta. Na  
57 sequência das cores as áreas em vermelho são aquelas áreas que ainda não foram avaliadas  
58 que precisa fazer uma vistoria e uma avaliação. Da parte do Rio Grande do Sul,  
59 chegaremos em dezembro com essas áreas todas vistoriadas e avaliadas e a partir de  
60 dezembro este outro cenário aqui. Temos processo de avaliação dos laudos concluídos na  
61 parte do Rio Grande do Sul, e aguardamos recursos para entrar com a parte de  
62 desapropriação para continuar a aquisição. A área do Malacara é essa daqui, com a área da  
63 Agrolatina ao norte e a área da Agrolatina ao Sul em verde claro. Foi feita uma questão a  
64 respeito das terras devolutas. Na cor azul se poderia encaminhar o processo junto ao  
65 INCRA de requisição destas área mas se encontra um problema que teria que comprar  
66 todas as que fazem confrontação para se ter uma ideia de qual a poligonal que efetivamente  
67 é a terra devoluta, então como a maior parte dessa terra devoluta são terras não utilizáveis e  
68 terras que estão no perau, se está deixando para o final do processo para fazer a compra dos  
69 imóveis até onde são imóveis titulados para ao final fazer a requisição da terra devoluta,  
70 poderia ser feito agora correndo o risco de identificar no processo uma sobreposição onde  
71 o processo pararia por ter sido encaminhado de forma errada junto ao INCRA. A área da  
72 Agrolatina está em verde e teve alteração da área do Aparados e são essas duas que se  
73 pretende judicializar. O recurso que está disponível hoje a depender da liberação do  
74 orçamento do ICMBio que deve acontecer no final de abril. Para se ter uma ideia o recurso  
75 que se tem disponível hoje seria 8 milhões, sendo a maior parte deles no Serra Geral. No  
76 Aparados seria 815 mil, esse é o recurso que se tem hoje para execução. Esse recurso seria  
77 executado no caso do Aparados da Serra em março de um imóvel na ponta e a  
78 judicialização da área apontada que é um condomínio onde parte dos proprietários aceitou  
79 o valor, um deles não, então se faz a aquisição administrativa aqui e judicializa ali. A

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

80 destinação dos 800 mil reais do Aparados. Os 8 milhões do Serra Geral seria a  
81 judicialização de uma área aqui e a judicialização da Agrolatina. É basicamente isso o uso  
82 do recurso do Serra Geral. Questionou-se com relação a parte da Agrolatina ao Norte onde  
83 ficaria o dente do Malacara, você falou que incorporou a área acima lá, na justiça está para  
84 ser dono desta área ou não? Na verdade, se trata de uma questão de recorte no mapa  
85 apresentado, o limite passa fazendo este dente foi só uma questão de não repassar. A área  
86 do Morro Agudo depende de mais recurso. Aqui tem essa planilha para ilustrar. Tem 18  
87 milhões para execução já disponível e esse montante aqui para liberar conforme forem  
88 assinados os termos de compromisso com as empresas, em dezembro foi feito o fundo, a  
89 Caixa Econômica contratada para administrar o fundo e agora as empresas estão sendo  
90 chamadas para a assinatura dos termos de compromisso e compensação, a medida que a  
91 empresa assina o compromisso vai sendo incorporado nesse valor. A gente teria num  
92 horizonte de execução, cinco anos para executar este valor, que é o tempo que após a  
93 assinatura do compromisso tem que executar esse termo de compromisso. Então nos  
94 próximos cinco anos sem destinação de outros recursos a gente teria isso daqui. Lá na  
95 Câmara de compensação ambiental eles destinam o recurso para um parque ou para o  
96 outro, não admite misturar. Daquilo que está previsto para o Aparados da Serra naquela  
97 tabela, a gente deixaria em verde claro ou escuro todas as áreas do Aparados e ainda  
98 sobraria 5 milhões que seria usado para a área, do recurso dos 16 milhões tem dinheiro o  
99 suficiente para a área de Aparados no Rio Grande do Sul. Questionou-se quantas  
100 propriedades faltam indenizar? Oito do Aparados e o processo judicial e do Serra Geral  
101 sete mais a Agrolatina oito. A área em amarelo é uma área que deve vir para o ICMBio em  
102 troca de multas, uma área que deve ser incorporada ao patrimônio sem que a gente tenha  
103 que pagar por ela. Algumas áreas em branco foram medidas por precaução, mas estão fora  
104 do parque. A área do cânion Faxinalzinho tem uma área que não foi avaliada ainda, uma  
105 terra devoluta e do lado do Aparados foi desapropriada esta área e esses processos a gente  
106 não está tocando este ano. Todos os processos destes devem ser iniciados conforme o  
107 cronograma que a gente iniciou e acordou na justiça a partir de 2020. Tem um tratamento  
108 de não tocar os processos até porque se há uma sobreposição, se é área do Parque Nacional  
109 o ICMBio vai desapropriar, se é área do Samoa, é o Incra que deve desapropriar por isto  
110 está parado qualquer processo na área da sobreposição. Questionou-se se na área norte da  
111 Agrolatina está judicializado, mas não foi emitida a posse para o ICMBio. Teve uma  
112 emissão em 2014 e foi recuado da emissão por uma decisão da procuradoria federal, houve  
113 uma emissão diante de uma audiência de conciliação a procuradoria optou por recuar da  
114 emissão da posse. Questionou-se se ainda é do proprietário. O Sr. Deonir informou que  
115 ainda é do proprietário. Questionou-se sobre a área do Malacara que vai ser possivelmente  
116 judicializada. Sr. Deonir respondeu que atualmente esse processo de desapropriação a  
117 gente já pede emissão da posse imediatamente na hora em que faz a emissão, então tendo o  
118 dinheiro, protocola a inicial, o juiz decide pelo depósito, a gente deposita o valor e entra  
119 com a posse. Isso foge do rito dos processos iniciados em 1996 que são as áreas da  
120 Agrolatina, da Florence e dos Boff e por uma decisão da Procuradoria na época se optou  
121 por não serem emitidos na posse pela discussão sobre juros compensatórios dentro de um  
122 processo de desapropriação judicial. Na época se optava por não serem emitidos na posse.  
123 Como esta é uma área com toda a importância no uso público, com certeza o ICMBio vai  
124 optar por pedir a emissão da posse imediatamente. A Sra. Nivea disse que em um dos  
125 documentos da documentação do Malacara ela leu que o Diretor da Agrolatina se recusou a  
126 falar em superposição de áreas, que ela não compreendeu direito naquela época e pergunta  
127 se existe superposição na área da Agrolatina. O Sr. Deonir diz que ele usa o decreto de

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

128 desapropriação de 1934, mas que o entendimento dele é juridicamente superado. É área do  
129 Parque nacional que vai ser desapropriada e ele alega que em função do decreto de criação  
130 do Serra Geral que ao ser decretado área pública e tendo passados 5 anos do decreto que  
131 não é área do parque nacional no entendimento dos advogados dele que já foi superado. O  
132 rito é uma desapropriação administrativa através de uma compra e venda a partir do  
133 momento que não há aceite do valor a gente entra com uma desapropriação direta na  
134 justiça federal e aí independente de quanto tempo se passou da criação do parque é área de  
135 utilidade pública e o entendimento do advogado dele é superado. Questiona-se que tem  
136 uma tabela com o nome dos proprietários e dos processos com o andamento de cada  
137 processo e detalha a questão dos herdeiros, entende-se como interessante disponibilizar  
138 isso para todos até para se enxergar cada área e a situação atual. O Sr. Deonir diz que a  
139 situação atual é esta aqui projetada para dezembro e pede para não mostrar a tabela  
140 justamente pois ela traz valores e o nome das pessoas e que são de interesse pessoal e que  
141 está disponível em um processo do ICMBio. Visualmente esta é a situação. Questiona-se  
142 sobre as áreas que estão no mapa e que estão judicializadas nos processos mais antigos  
143 como no caso da família Marçal, eles seguem o mesmo rito da Agrolatina? Pois essa  
144 judicialização ocorreu na década de 60 e não se teve uma evolução até agora, quais as  
145 perspectivas com relação a esta situação? Pois algumas dessas áreas ainda tem moradores a  
146 entender um pouco esse processo. O Sr. Deonir diz que são dois processos desde os anos  
147 60 que foram juntados em um só em um dado momento. Uma poligonal de 1000 hectares  
148 deste lado e a outra de 800 do outro lado. Houve uma emissão na posse pela união em  
149 dezembro de 1961, os proprietários que estavam nestas áreas assinaram a emissão da posse  
150 e isto está no processo, todos aqueles que ocupavam imóveis nestas duas poligonais tem  
151 suas assinaturas. Como na época o servidor do Ibdf não residia aqui, recebeu a posse e foi  
152 embora e as pessoas ficaram morando ali. Deram ciência no ato de emissão da posse e  
153 ficaram ali. O processo teve várias idas e vindas, teve área que foi comprada  
154 administrativamente inclusive. Mesmo tendo processo de desapropriação judicial, houve  
155 uma compra administrativa de algumas áreas. Tem escritura de compra e venda e o  
156 proprietário recebeu. Hoje o processo está no tribunal regional, TRF4 e a GU que  
157 representa a união nesse processo está tentando a reemissão da posse com base nos  
158 elementos que foram levados para dentro do processo e caso não haja a reemissão, na  
159 sequência a GU vai solicitar que esses proprietários sejam chamados, os atuais detentores  
160 destas áreas sejam chamados para o processo para que eles comprovem a titularidade e aí  
161 cada um vai ter que demonstrar como o imóvel que hoje está aqui tem relação ou não com  
162 as áreas que foram já desapropriadas. Se a pessoa não conseguir comprovar que seu título  
163 tem relação ou não tem relação com os imóveis que foram desapropriados ele vai ser  
164 desalojado da área que ele ocupa. Se houver relação, vai ter uma avaliação, do que ainda  
165 falta a pagar para este percentual do imóvel. O que a gente entende que em algum  
166 momento houve um saque de 80% dos valores para poder ter a emissão da posse e aí  
167 faltaria fazer a complementação do depósito e os 20% restantes, essa é a leitura que a gente  
168 tem do processo hoje. Esse processo, é importante que a gente deixe claro, não depende da  
169 ação do ICMBio a continuidade ou aceleração desse processo que é um processo judicial,  
170 tanto esse aqui como da Agrolatina. Então são processos que vão depender da velocidade  
171 da Justiça Federal trabalhar e a velocidade dos que são interpelados que são os réus e a  
172 executora que é a união. Questionou-se se houve mudança dos proprietários, ou seja, se os  
173 proprietários se desfizeram de suas terras? O Sr. Deonir diz que teve inclusive compras de  
174 imóveis de terceiros aos desapropriados. A falha da união neste processo aqui foi que não  
175 registrou a posse não colocando o documento de emissão da posse no cartório e a partir



## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

176 disso há escrituras livres para transação até hoje. A respeito da emissão de posse de outra  
177 área se questionou quem era a procuradora que optou pela não emissão da posse. O Sr.  
178 Deonir informou que era a procuradora Cirlene Zimmerman procuradora do Ministério  
179 Público, o procurador atual é de Caxias do Sul e o procurador muda conforme o processo  
180 segundo o Sr. Deonir. Questionou-se se existe a possibilidade que o tramite desta  
181 judicialização acabe seguindo o mesmo rito da área anteriormente judicializada? O Sr.  
182 Deonir diz que existe essa possibilidade a partir do momento em que se entra com uma  
183 ação judicial, mas que ele crê que há todo o embasamento técnico para justificar a  
184 desapropriação. Questionou-se se neste caso o responsável pela desapropriação no parque  
185 sobre a questão da desapropriação. O Sr. Deonir disse que essa é uma decisão da  
186 instituição e que no dia da audiência estava o Diretor da Disat na audiência e foi tomada a  
187 decisão de quais eram as prioridades para a aplicação deste recurso e então tinha uma  
188 questão institucional de que esta é uma prioridade para a instituição. Houve uma diferença  
189 de 200 mil reais e na hora fizeram uma consulta para definir que esse valor era para  
190 assumir um compromisso do ICMBio com a justiça federal. É chegar em dezembro e estar  
191 com isso resolvido ou dificilmente irão fugir da multa lá. O juiz estava demonstrando nos  
192 despachos um descontentamento muito grande com a falta de encaminhamento do  
193 ICMBio. Com relação à sequência, para finalizar a apresentação, com aquele recurso  
194 disponibilizado dos 16 milhões, a parte do Aparados no Rio Grande do Sul conclui, se  
195 disponibilizando o recurso e ainda sobre 5 milhões para encaminhar os processos de Santa  
196 Catarina que são áreas menores, mas que cada uma delas precisará de uma avaliação e hoje  
197 não é possível se definir como se resolve cada uma, o mercado de terra de Santa Catarina  
198 está desatualizado pois é de 2011 e hoje não tem como dizer como comprar e se existem  
199 benfeitorias encima, lavouras de banana, que precisa calcular o valor disso. No Serra  
200 Geral com a disponibilização daquele recurso da compensação é bem menos vai precisar  
201 de muito mais, fazendo um cálculo de projeção para se conseguir deixar verde as áreas em  
202 amarelo irá precisar de 17 milhões de acordo com a planilha, pede que não olhem nomes e  
203 valores, 10 milhões menos 5, sobram 5 milhões para Santa Catarina, um milhão menos 17,  
204 vai faltar 16 milhões para o Serra Geral na parte Catarinense. Do dinheiro que tem  
205 disponível mais o que deve ser disponibilizado em cinco anos a gente consegue no  
206 Aparados concluir o Rio Grande do Sul e no Serra Geral vai precisar ainda de 16 milhões  
207 para concluir a parte do Rio Grande do Sul. Questionou-se se levando em conta a área do  
208 parque em 5 anos se terá a posse. O Sr. Deonir informou que do Aparados considerando  
209 grosseiramente 100%, sem considerar eventuais complementações de depósito desta área  
210 aqui, que é a judicializada em que a gente já superou o valor, mas tem essa outra área aqui  
211 em que a gente não sabe se vai ser judicializada ou não, e a partir da judicialização a gente  
212 não consegue mais estimar valores pois depende da sentença para determinar o valor final.  
213 Se corresse tudo muito bem, em cinco anos a gente teria 100% de Aparados. E Serra Geral  
214 existem muitas áreas que estão fora do parque e na judicialização você acaba comprando,  
215 aproximadamente 1.500 hectares que são de áreas que por exemplo, o limite passa aqui,  
216 tem área de floresta aqui, tem área que não é utilizada pelo proprietário o que faz comprar  
217 mais áreas, aproximadamente mais 1.500 hectares para comprar fora do parque  
218 considerando este aspecto da cobertura florestal que tem, do não interesse do proprietário  
219 de ficar com áreas remanescentes, então você compraria mais área, só tem como dizer  
220 quando ocorrer o processo. Muitas áreas nem são utilizadas hoje. Questionou-se a área  
221 total final do parque. O Sr. Deonir explicou que se trabalha com polígono de 31.000  
222 hectares. Está na norma que se deve comprar estas áreas remanescentes no caso do  
223 proprietário julga inviável de exploração. Compra-se o imóvel e depois altera-se os limites

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

224 com base nos imóveis adquiridos. Isso já aconteceu, por exemplo, nesta área, onde  
225 comprou-se 45 hectares a mais no Serra Geral. Aqui no Aparados, deve-se comprar 27  
226 hectares a mais por conta deste tipo de situação. Não havendo mais dúvidas, o Sr. Fabio  
227 agradece a presença do Sr. Deonir e dá continuidade à pauta convidando o Sr. Paulo Sergio  
228 para apresentar seu trabalho sobre manejo do fogo e como anda o trabalho.  
229 O Sr. Fabio diz que a respeito do GT de Regimento Interno faltam algumas pessoas e a  
230 Sra. Kelly informa que o Regimento Interno está em um processo bem avançado,  
231 recuperado de um antigo processo, no entanto não há nenhuma agenda ainda. O Sr. Fabio  
232 diz que é importante trazer um posicionamento a este respeito na próxima reunião. A Sra.  
233 Kelly diz que com relação à CT de Fomento ao Turismo, a Sra. Alana da Apetur mudou-se  
234 para outro país, o Sr. Paulo Ferreti já não faz mais parte do Conselho, assim como o Sr.  
235 Edson que representava a AETURCS e a Sra. Ana que representava a Secretaria de  
236 Turismo, por esta razão teremos que nomear novos integrantes e eleger os coordenadores.  
237 Sr. Fabio informa os presentes da CT de Fomento ao Turismo, Sr. Andrews, Sra. Kelly,  
238 Sra. Nivea e Sr. Jorge da Praia Grande que representa a Secretaria de Turismo e sugere  
239 ficar neste grupo que está presente o ponto focal para iniciar os trabalhos e pergunta quem  
240 se habilita a fazer este trabalho, A Sra. Kelly, o Sr. Jorge e a Sra. Nivea se comprometeram  
241 a dar andamento ao grupo. O Sr. Josemar pede que se pegue a lista dos conselheiros e  
242 verifique quem tem representatividade neste setor para convidar a fazer parte do grupo,  
243 inclusive quilombolas, tem muitas pessoas que apesar de não estarem presentes hoje  
244 participa com afinco desta CT. Sobre a câmara temática de uso público o Sr. Fábio  
245 convidou o Sr. Josemar a comentar, o Sr. Josemar junto ao Sr. Andrews demonstraram sua  
246 inquietação com a ausência de ações sobre essa CT, no entanto a Sra. Kelly informou que o  
247 Sr. Marcelo Pupim quem estava à frente desta CT junto ao Sr. Dolvane que já não faz  
248 parte. O Sr. Fabio confirmou com o Sr. Paulo Sérgio que o mesmo faz parte dessa CT e  
249 pede que os presentes na reunião conversem com o Marcelo para que se apresente os  
250 trabalhos e uma próxima reunião apresentar ao Conselho o feedback dos trabalhos. O Sr.  
251 Fabio chama a Sra. Kenia a apresentar o andamento do GT de Revisão de Plano de  
252 Manejo. A Sra. Kenia convida a todos os interessados a se inscreverem nos GTs de seu  
253 interesse. Hoje pela manhã a proposta seria de cada câmara trabalhar sobre a evolução e  
254 como teve pouco retorno, optamos por trabalhar a temática do Plano de Manejo no Grupo  
255 de Trabalho. Inicialmente foi feito o nivelamento e alinhamento através do conteúdo a  
256 estudar compartilhado antes do encontro do Grupo de Trabalho, notadamente o Plano de  
257 Manejo das Unidades feito em 2004, a instrução normativa número 7 de 2017 que  
258 disciplina as normas de elaboração e de revisão de planos de manejo no âmbito do  
259 ICMBio. Este trabalho iniciou com a criação do grupo de trabalho que é uma instância  
260 legítima dentro do processo de proposição de revisões de plano de manejo. A Sra. Nivea  
261 perguntou com relação ao uso público a respeito das piscinas do Malacara, a Sra. Kenia  
262 informa que foi feito um controle em parceria com a Prefeitura de Praia Grande e o Sr.  
263 Jorge informa que está se fazendo o projeto de uma guarita lá. A Sra. Nivea pergunta sobre  
264 a responsabilização em caso de acidente e a Sra. Kenia diz que existe uma Instrução  
265 normativa que regulamenta o uso de trilhas e condução de visitantes dentro das unidades  
266 de conservação e existe a questão da assunção dos riscos. O termo de conhecimento de  
267 riscos que deve ser ofertado ao visitante quando da entrada de alguma trilha na unidade de  
268 conservação. O Sr. Deonir disse que a questão da responsabilidade o ICMBio deve sim ser  
269 acionado quando acontece algum acidente antes de qualquer coisa. A gente tem ações que  
270 são feitas como por exemplo uma placa que informa que entrada somente com guia cria o  
271 próprio regimento. O Sr. Deonir, diz que esse é o entendimento dentro dos parques e que

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

272 a responsabilidade civil vai continuar existindo e fugir de toda a responsabilidade não tem  
273 como, mesmo o Rio do Boi quando tem controle de acesso. O Sr. Andrews informa que o  
274 Parque tem um termo de cadastramento de condutores e que a exemplo do Rio do Boi o  
275 parque não permite a visitação sem um guia cadastrado pelo parque a menos que ele peça  
276 uma autorização especial. Os condutores que fazem esse guiamento para se credenciarem  
277 devem passar por um procedimento, além de ter um treinamento adequado com base nas  
278 normas de turismo de aventura, que são normas consagradas mundialmente, estas da  
279 ABNT, além de ter um estágio a fazer. O Sr. Andrews diz que a preocupação da Sra. Nivea  
280 o preocupa pois existe uma quantidade importante de condutores, principalmente de Praia  
281 Grande que tem ali sua fonte de renda, sua percepção ao longo dos anos trabalhando aqui é  
282 que nós da sociedade civil não fazemos absolutamente nada para contribuir com a unidade  
283 no sentido de que se encontre soluções para esta questão da responsabilização e quando  
284 ocorre o acidente, tenta-se localizar o culpado. Ele pede que apresente uma alternativa que  
285 seja aplicável, pois no local onde se começa aquela trilha nem área do parque é ainda e que  
286 está se estudando a aplicação da norma de classificação de trilhas até a piscina do  
287 malacara. A Sra. Nivea questiona que o cânion Malacara é considerado cânion indomável.  
288 O Sr. Andrews esclarece que a situação onde se considera o Cânion Malacara como  
289 Cânion indomável é em outro local diferente do qual se questionou inicialmente. Quando  
290 se fala em piscinas do Malacara, é apenas uma trilha cujo nível de periculosidade está  
291 relacionado a condições climáticas, mas em função da curta distância, de várias  
292 possibilidades de trilhas de escape pela mata, nas duas margens do rio, é uma trilha que  
293 não apresenta esse grau de periculosidade que justificaria uma fiscalização ostensiva. O Sr.  
294 Josemar reitera que sobre esta preocupação da Sra. Nivea eles veem trabalhando há mais  
295 de dez anos nas unidades de conservação, com grandes discussões onde a unidade tem o  
296 termo de ciência da empresa do prestador de serviço, nos cercando de normas técnicas, de  
297 treinamento e de capacitação de condutores e apesar de entender sua preocupação, que já  
298 se iniciou com um trabalho de dez anos até chegar agora no momento do recadastramento  
299 de condutores. Informou que através do trabalho de voluntários para o ICMBio, está saindo  
300 uma normativa e solicita apoio para se ter mais gente que viesse a trabalhar em conjunto. A  
301 Sra. Nivea diz que estourou um açude encima do Rincão dos Kroef e a Sra. Ketulyn  
302 informa que não foi o açude pois não tinha volume para isso e o que ocorreu foi um  
303 deslizamento de encosta. A Sra. Nivea diz o que lhe passaram pode estar errado. A Sra.  
304 Kenia chama a uma questão de ordem para a retomada da devolutiva com relação ao GT de  
305 Plano de Manejo. O Sr. Jorge disse que faz a trilha do Malacara desde criança e que na  
306 verdade a criação de uma guarita seria sobretudo para controlar a entrada de famílias sem  
307 condutores e sem conhecimento do trajeto. A Sra. Ketulyn diz que o visitante ao ser  
308 informado e ao proceder de forma contrária é passível de autuação, a instrução é sinalizar e  
309 fiscalizar. O Sr. Fabio diz que se tem tido uma atenção com a questão das piscinas do  
310 Malacara e busca uma maneira de ter um monitoramento mais efetivo inclusive para  
311 melhorar o controle de pessoas e a manutenção da qualidade ambiental do local, informa  
312 estar atento a isso e procurando soluções.

313 A Sra. Kenia retomou informando que tivemos este momento de leitura da Instrução  
314 Normativa no Grupo de Trabalho de Monitoria para Revisão do Plano de Manejo, que foi  
315 chamado atenção a alguns termos específicos como o diagnostico o planejamento, a  
316 monitoria do plano de manejo, a instituição do grupo de trabalho e a oficina de elaboração  
317 do plano de manejo. Diante de várias demandas que temos da própria revisão do plano de  
318 manejo iniciou-se esse processo, houve a elaboração de um documento que é parte dessa  
319 atividade de rotina da unidade de conservação, prévia à elaboração em si, essa atividade

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

320 que é chamada de monitoria, ela vem apontando alguns itens do plano de manejo que são  
321 aqueles que ou estão defasados, ou que pedem algum tipo de avaliação mais efetiva ou  
322 precisam ser excluídos diante da realidade da Unidade de Conservação, de alguma forma  
323 pede algum tipo de avaliação. Este exercício que é a monitoria do plano de manejo, é feito  
324 no âmbito da equipe gestora da unidade de conservação e no âmbito do grupo de trabalho.  
325 Hoje fizemos uma leitura prévia de alguns itens iniciais deste documento e algumas  
326 sugestões foram incorporadas no âmbito do GT. O próximo passo é conseguir concluir essa  
327 atividade de releitura, sendo que o mesmo não esgota nenhuma possibilidade de discussões  
328 ou inserções, de outros itens constantes do plano de manejo e lembrando que é um  
329 processo dinâmico onde a participação social é um dos eixos de orientação da IN. Sendo  
330 assim, todas as contribuições são bem-vindas pois se trata de um momento de  
331 planejamento. Quando este documento estiver pronto será enviado à COMAN que é o  
332 órgão do ICMBio que faz a avaliação desse diagnóstico prévio que fizemos e então a  
333 COMAN vai deliberar se o Plano de Manejo da Unidade terá uma revisão pontual ou terá  
334 de ser geral e quais são os pontos que serão alterados após análise técnica. A Sra. Nivea  
335 perguntou se essa COMAN não foi extinta ainda. A Sra. Kenia explicou que essa  
336 Coordenadoria faz parte da diretoria de manejo de unidades de conservação e toda  
337 elaboração e revisão de plano de manejo passa por essa coordenadoria. Essa demanda de  
338 revisão do Plano de Manejo dos nossos Parques data de 2016 no âmbito do próprio  
339 conselho consultivo e encaminhada a demanda a essa coordenação e agora em 2019  
340 tivemos este feedback de que podemos iniciar a monitoria, mas devido a conjuntura atual  
341 talvez as coisas não saiam exatamente como planejamos do momento em que havíamos  
342 pensado em fazer uma capacitação de nivelamento para elaboração de plano de manejo,  
343 como falado da reunião de dezembro, mas por agenda da consultora não foi possível. No  
344 entanto o grupo de trabalho vem trabalhando com sucesso sobre a monitoria. Vale salientar  
345 que o Plano de Manejo é o instrumento de gestão dos parques e existem alguns pontos que  
346 estão divergentes da realidade atual, a nossa incumbência enquanto grupo de trabalho neste  
347 momento é trazer a luz estas questões. Quais são estes pontos. O que está constando no  
348 documento de monitoria é dinâmico e se for identificado pelo grupo de trabalho algo que  
349 não conste pode ser manifestado pelos integrantes. Será elaborado um cronograma de  
350 encontros mais frequentes para se atuar de forma mais célere. Da mesma forma serão feitas  
351 as visitas a campo pois no próprio planejamento do grupo de trabalho um dos pontos é o  
352 levantamento atualizado das informações de biodiversidade, mapeamento e zoneamento  
353 fidedigno para a manutenção da unidade de proteção integral. Alguns pontos foram  
354 levantados sobre a possibilidade de se abrir novas trilhas, então quais seriam estas trilhas,  
355 quais seriam as condições de abertura e este grupo de trabalho vai buscar fazer estes  
356 levantamentos, sendo só um exemplo pois existem vários outros. A parte de inscrição de  
357 novo integrante ao grupo está aberta, não é restrito a membros do conselho, aberto a  
358 pessoas interessadas em contribuir com a temática são bem-vindos. A Sra. Nivea  
359 questionou a respeito de quando as concessões irão ocorrer se em outubro ou novembro. A  
360 Sra. Kenia respondeu que de acordo com o discurso do Ministro seriam abertos os editais  
361 em outubro, haveria o procedimento de seleção de possíveis concessionários interessados.  
362 O Sr. Fabio disse que nos assuntos gerais falaria a respeito do processo de concessão. O Sr.  
363 Josemar questiona se os conselheiros estão recebendo os e-mails e não estão replicando a  
364 suas entidades. A Sra. Kenia diz que estas informações são públicas e abertas ao cidadão, e  
365 é muito importante pois ainda que a pessoa esteja aqui e não tenha direito a voto, ela tem  
366 direito a voz e tudo isso faz parte desse processo de participação social importantíssimo  
367 para este espaço de discussão. Pede que aquelas entidades que tem substitutos atualizem



## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

368 seus contatos e que tenham a representatividade do conselho nas assembleias. O Sr. Fabio  
369 informou aguardar a estabilidade para retomar as agendas previstas com interventores de  
370 Brasília pois outros compromissos entre diretorias e parque não foram concluídos talvez  
371 pela própria mudança de equipe. Na medida em que os processos se estabilizem em  
372 Brasília retomaremos estas pautas e calendários. A Sra. Nivea diz que para eles é  
373 extremamente difícil acompanhar este processo e pede orientação. O Sr. Fabio passa então  
374 a palavra ao Sr. Paulo Sergio que vai falar do manejo integrado do fogo. O Sr. Paulo  
375 Sergio fala do planejamento para os dois parques neste ano do manejo integrado do fogo.  
376 Existem várias ações onde um dos principais objetivos como já foi apresentado na reunião  
377 passada é de eliminar a palha acumulada para evitar incêndios de grandes proporções e  
378 proporcionar o bem-estar, garantir o patrimônio, as atividades das populações que residem  
379 no parque e no entorno. Os procedimentos continuam, pretende visitar as propriedades para  
380 ver a questão de acúmulo de combustíveis. Em Brasília tem o departamento que monitora  
381 constantemente as imagens de satélite as condições onde está mais perigoso, além de  
382 prevenir grandes incêndios, proporciona as atividades econômicas, culturais e  
383 socioambientais da região. Continua o procedimento de guarda dentro do parque, solicita,  
384 faz a vistoria prévia da área e com o apoio da brigada, na época apropriada se faz esse  
385 manejo, resgatando inclusive estas atividades antigas realizadas na região. O Rio Grande  
386 do Sul é um dos últimos estados do Brasil a regulamentar a questão do uso do fogo e  
387 autorizar o fogo na forma de queima controlada, tanto dentro do parque como no entorno  
388 na zona de amortecimento, onde a competência de autorização é do estado e já foi passado  
389 para a Prefeitura de Cambará do Sul, onde os proprietários que vivem na zona de  
390 amortecimento procura a prefeitura e regulariza sua situação no processo legal para poder  
391 autorizar com a anuência do ICMBio. Não se autoriza fora do parque e sim dá uma  
392 anuência e sempre que possível apoia com as ações da brigada. Está sendo elaborado o  
393 mapa geral de todas as áreas que foram queimadas ano passado dentro do parque como na  
394 zona de amortecimento. Este departamento para onde a demanda foi enviada por nós,  
395 prioriza os parques que estão com maior risco, principalmente como na região do Cerrado  
396 ou o grande incêndio na flona de Roraima. Este departamento está sendo solicitado por  
397 todas estas áreas para demonstrar as cicatrizes do fogo dentro do parque para podermos  
398 planejar as áreas que serão queimadas e ainda não se chegou a este detalhamento. Uma das  
399 ações no momento é o curso de seleção e formação da Brigada de incêndio. Os brigadistas  
400 dão apoio operacional em todas as áreas, situação ambiental, manutenção de trilhas e  
401 demais atividades onde possam ajudar. Serão selecionados um chefe de esquadrão mais  
402 dez brigadistas. No processo de seleção, tem uma pré-seleção selecionando 36 pessoas que  
403 fazem o curso de capacitação, através de um teste fechado, atestado médico pois a  
404 atividade exige esforço físico e perfil psicológico, período de inscrição até 29 de abril, já  
405 foi aberto o edital e divulgadas as inscrições nas prefeituras de Cambará do Sul e Praia  
406 Grande além do parque. Pede apoio para divulgar o curso de formação e seleção, mostra o  
407 edital e documentação necessária. Depois desta seleção começam a atuar a partir de 01 de  
408 junho. O curso tem diversas atividades para a brigada para apoiar as queimadas controladas  
409 dentro e fora do parque, como o manejo de áreas adquiridas dependendo da necessidade  
410 levando em conta as áreas sensíveis ao fogo e atendendo a demanda das pessoas. O manejo  
411 do fogo tem como intensão fazer um mosaico de áreas, garantindo a permanência dos  
412 campos, protegendo os banhados, as APPs em um trabalho ao longo do ano. Esta área é  
413 transversal com outros trabalhos no parque, manutenção, áreas de uso público para que não  
414 haja incêndio nas áreas, áreas de pesquisa sobre as áreas sensíveis para se fazer um bom  
415 manejo do fogo. O Sr. Fabio pede que seja enviado um e-mail aos conselheiros sobre o

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

416 andamento dos trabalhos para atualizar a todos sobre o tema e para a próxima reunião. A  
417 Sra. Nivea pergunta se os cuidados serão tomados a partir de agora ou se já existiam pois  
418 no ano passado viram várias irregularidades com relação ao fogo, Araucárias queimadas, e  
419 fizeram um pedido que ela gostaria de ler: - as bases científicas para o manejo do fogo, o  
420 monitoramento da biodiversidade comparado com os diversos manejo visto que essa  
421 precaução ou discussão prévia é fundamental para os efeitos a serem gerados, apresentar  
422 estudos caso existam, informação sobre controle rodízio de áreas queimadas, sobre a  
423 paisagem informar quais áreas que necessitam ficar fora da área de queima a fim de que a  
424 floresta se reestabeleça, verificou uma queima de 240 hectares em uma noite, segundo ela  
425 verificou no google e pergunta se isso é de conhecimento do ICMBio. O Sr. Paulo Sergio  
426 informou que o que ocorreu foi que havia áreas de campo com várias camadas. A Sra.  
427 Nivea disse que no ano passado houve Araucárias queimadas e que isso seria um crime  
428 ambiental por uma Araucária queimada ou um banhado queimado. O Sr. Paulo Sergio  
429 relatou que todo o cuidado é tomado para analisar estas áreas, mas que existem áreas onde  
430 não se fazia a queima a 25 anos. A queimada foi efetuada na época certa, com a humidade  
431 do solo, previsão de tempo, de vento, sendo que o ano passado foi muito propício para  
432 estas queimadas controladas. Se esse fogo viesse em uma época de seca, com certeza o  
433 estrago teria sido maior, o que se fara de agora em diante é fazer um mosaico para que não  
434 volte a ocorrer o que aconteceu. O Sr. Josemar, afirma que sem esse manejo, um incêndio  
435 criminoso pode provocar um desastre. A Sra. Nivea pergunta se as informações que ela  
436 solicita podem ser enviadas a ela e o Sr. Paulo Sergio diz que com certeza. A Sra. Ketulyn  
437 informou que a respeito estudo do manejo a UCS tem um laboratório que trabalha só com  
438 questões e tem uma gama de estudos a cerca inclusive do manejo com fogo. A Sra. Nivea  
439 questiona se inclusive estas agressões de áreas. A Sra. Ketulyn responde entender que  
440 talvez quando se faça o manejo vai atingir uma ou outra Araucária, talvez um banhado  
441 ainda mais em áreas há muito tempo sem queimar, mas este dano é ainda menor do que  
442 áreas que nunca são manejadas e pode ocorrer por questões criminais ou descuido de  
443 vizinho. A Sra. Nivea questiona se ainda assim denota crime ambiental. O Sr. Professor.  
444 Pablo esclarece que esse é um efeito secundário pois o bem primário passa a ser maior. A  
445 Sra. Ketulyn esclarece que a negligência em não se manejar estas áreas e não se buscar  
446 uma forma de evitar incêndios de grandes proporções também pode ser considerada um  
447 crime. Então se paga um determinado preço até porque está se testando, é um manejo  
448 novo, mas numa visão mais ampla traz um benefício a longo prazo. A Sra. Nivea pergunta  
449 se é - vamos ver o que acontece, velha política. A Sra. Ketulyn esclarece que não é neste  
450 aspecto, mas que durante anos exerceu-se uma forma de manejo onde os incêndios  
451 entravam na unidade de conservação e os impactos foram catastróficos, não se tinha  
452 manejo, o fogo entrou e dizimou completamente. Então, diante disso, coloca que tem que  
453 se tomar uma iniciativa de manejo. Nestes primeiros anos vão ocorrer ações para se ter um  
454 ganho a longo prazo. O Sr. Andrews lembra que a prática de queimada na região remonta a  
455 mais de um século. Há relatos de há mais de 150 anos não só incêndios naturais ocorrendo,  
456 mas um manejo provocado pelo manejo dos pecuaristas. Quando vejo esta discussão toda  
457 penso, se esse manejo era feito de maneira indiscriminada e gerou um dano, esse dano não  
458 foi suficiente para impedir a criação de unidades de conservação, esse é um dano inclusive  
459 contestado. Pois se estes campos que compõe esse mosaico são campos manejados pelo  
460 fogo o que não impediu os animais endêmicos de se proliferarem e este dano é contestado.  
461 A Sra. Ketulyn questiona a respeito de uma das perguntas da Sra. Nivea sobre as áreas de  
462 floresta se reestabelecem, no entanto, as queimadas ocorrem em áreas de campo e  
463 questiona se há algum estudo onde se informa que as áreas de campo eram florestas.

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

464 Esclarecido este tema o Sr. Fabio questiona se pode voltar a pauta e a Sra. Nivea concorda.  
465 O Sr. Fabio falou sobre o processo de concessão e o estudo de viabilidade econômica que  
466 requer melhorias. Diz que existe uma preocupação com os recursos para a manutenção das  
467 unidades e acredita-se que com a concessão destas áreas alguns problemas para sua  
468 manutenção serão resolvidos. Há uma mobilização em Brasília para que a concessão  
469 ocorra. Espera que com as intervenções o estudo de viabilidade atenda às necessidades dos  
470 parques e da região, que haja um momento de discussão com os servidores e com a  
471 comunidade. A proposta era de estar sentando uma semana para discutir com os colegas  
472 como colocar a proposta de uma forma melhor que realmente atenda as nossas  
473 necessidades, bem como de estar apresentando o resultado disso para a comunidade, mas  
474 como o início de ano foi muito atribulado, o que pode dizer é que realmente se está  
475 trabalhando nisto. A concessão vai sair sim e não há nada oficial além do que está sendo  
476 veiculado. O Sr. Pablo questiona se o valor arrecadado será empregado na unidade de  
477 conservação. O Sr. Fabio diz que o valor irá gerar retorno para a instituição. O Sr. Pablo  
478 questiona se vai ser discutida a forma de aplicação deste recurso gerado na instituição,  
479 seria importante ver se parte deste recurso pode ser aplicado em recurso, em pesquisa ou  
480 outros fora da área que irão operar, como sinalização, seria importante levantar isso se  
481 teremos este retorno investido nas unidades de conservação. O Sr. Deonir diz que a  
482 contrapartida prevista no edital é muito pouco. O conselho teria como se manifestar  
483 verificando se o edital está condizente com o que se está fazendo no conselho e se este  
484 valor retorna para a unidade. O Sr. Deonir e a Sra. Eridiane afirmam que não vai retornar o  
485 valor para a unidade. O Sr. Pablo diz que a forma seria colocar no edital estes valores para  
486 retornar a benefícios específicos ao parque. Pede que conste em ata ver se o conselho pode  
487 ver o edital antes de sair e se publicar. O Sr. Andrews diz que estas contrapartidas são  
488 voltadas a geração de receita para a concessionária. Talvez uma forma seja ter outras  
489 contrapartidas. O Sr. Pablo considera que essa concessão tem que ter uma sinergia com o  
490 conselho, um plano de articulação com essa concessão, talvez convidar os que pleiteiam a  
491 concessão ao conselho para ouvi-los no conselho. Não sabemos como as demais entidades  
492 estariam disponíveis. O Sr. Eduardo pergunta se o edital será ou não passado pelo  
493 conselho, se vamos discutir ou não, o ICMBio vai chamar reuniões extraordinárias, se a  
494 plantuc pode voltar a traz e que está sendo discutido da fora que a Plantuc quer e não da  
495 forma que o conselho apresentou. O Sr. Fabio diz que os servidores passaram suas  
496 observações, mas que esperam de Brasília a definição. O Sr. Fabio disse que ainda que não  
497 tenha estas informações, tão logo as tenha nos informará. O Sr. Andrews lembra que a  
498 Plantuc apresentou aos conselheiros o EVE. A Sra. Nivea diz que as pessoas da Plantuc  
499 disseram que haveria uma discussão no conselho, no entanto a Sra. Kelly lembra que eles  
500 disseram que iriam encaminhar para o ICMBio e que nos mostrariam depois a versão final  
501 e afirma que o questionamento de todos os conselheiros é o mesmo. O Sr. Pablo pede que  
502 o presidente do conselho leve esta inquietação do conselho para que nos deem diretrizes do  
503 que ocorrerá. O Sr. Fabio, diz que tem uma série de acordos feitos com as Diretorias e foi  
504 solicitado pela discussão com as equipes e tão logo haja este momento falará com cada um  
505 como está.

506 O Sr. Fabio falou sobre o grupo que está estudando e se reunindo em trabalhos para a  
507 publicação das portarias para trazer uma portaria que atenda às necessidades de todos e  
508 após encaminhamento ao jurídico teremos nossa portaria de condução concluídas. Haverá  
509 algumas mudanças no processo de cadastramento dos condutores. Chama os condutores  
510 das partes alta e baixa para o recadastramento. Solicita a todos que procurem o parque para  
511 se recadastrar. O Sr. Fabio chama o Sr. Josemar a falar sobre a trilha de longo curso, onde

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

512 iremos treinar as pessoas para iniciar com foco na Borda Sul do Fortaleza. O Sr. Josemar  
513 diz que dentro das trilhas de longo curso pegadas pretas e amarelas se percebeu que  
514 Aparados da Serra não estava se mobilizando em um processo que estava ocorrendo a nível  
515 nacional. Que a flona de São Francisco e de Canela através da trilha das Araucárias já vem  
516 sinalizando e se aproximando de nossa localidade. Neste sentido, o Sr. Josemar e o Sr.  
517 Andrews fizeram uma expedição entre São José dos Ausentes e a Rocinha até a divisa do  
518 estado e o parque de São Joaquim e que a trilha está avançando na parte de Santa Catarina,  
519 Laranjeira, espriados já entrou e agora estão ligando São Joaquim até o Tabuleiro que  
520 ligará até o Rosa. No mundo todo onde se iniciou a trilha de longo curso, espécies exóticas,  
521 caçadores, bandidos, fogo se afasta e a fauna e flora começa a recuperar. Começam a se  
522 tornar corredores naturais, o trabalho dos prestadores de serviço se intensifica,  
523 comunidades da região começam a prestar serviços, moradores começam a fazer pontos de  
524 apoio e no Brasil já é uma realidade. Onde se constituiu uma caminhada de longo curso  
525 sinalizada e manejada, traz resultados significativos para o trade de cada região. Cora  
526 coralina, Araucárias, Goitacazes. A Sema trará um novo curso de sinalização e manejo  
527 para Cambara do Sul iniciar a identificação de trilhas com as devidas autorizações legais e  
528 seguir em São José dos Ausentes. Com a parte técnica e em campo pretende seguir a  
529 Mampituba, Praia Grande e Jacinto Machado e quem quiser vai montar seus grupos para  
530 seguir com a trilha. Vamos fazer Cambará e auxiliar os outros. Dizem que a menina dos  
531 olhos da trilha de longo curso no Brasil está aqui no Aparados. Não só na linha principal  
532 como Faxinalzinho, Serra dos Porcos, Cavalinho. Se neste momento não conseguimos  
533 trabalhar dentro do parque, vamos trabalhar outras trilhas de ramificações. Neste grupo não  
534 tem entidades, somente pessoas voluntárias. Temos que pedir autorizações, mas é o início  
535 de um trabalho que está crescendo no Brasil. A Sra. Ketulyn traz o exemplo da região de  
536 Três Forquilhas, Três Cachoeiras que trazem a questão do Vale das aves e das águas para  
537 pesquisarem. Lá, os empreendedores de turismo, fora da unidade de conservação,  
538 iniciaram as oficinas e tem um grupo trabalhando para atrair turistas e gerar renda, alugam  
539 uma cama ou oferecem um banho quente aos visitantes. O Sr. Josemar disse que vê uma  
540 grande possibilidade onde o Sr. Deonir deu uma previsão significativa de regularização a  
541 cinco anos para que então se possa atravessar o parque de Norte a Sul em todas as suas  
542 ramificações. Subir e por um lado, acampar, descer por outro, abrindo muitas  
543 possibilidades. Um momento onde há transição na unidade de conservação, tirando o  
544 Fortaleza que estamos podendo fazer, vamos fazer o manejo e sinalização da borda Sul.  
545 Em São José dos Ausentes a Secretária Aline iniciou a discussão com todos os  
546 proprietários, inclusive eles já têm autorização e vai avançar rápido. Fazendo os trechos  
547 que dá para fazer para avançar para depois ligar. Vamos iniciar pelo curso. O Sr. Eduardo  
548 fala para Kelly e Andrews pela ASG e pede que se de valor para este conselho, informar  
549 que estamos atentos e verificar as entradas e com concessão que entra em Cambará do Sul  
550 e o impacto para as operadoras. A Sra. Kenia dá a sugestão para a Câmara Temática de uso  
551 público para reunir e fazer levantamentos e diante disso em uma assembleia geral e se o  
552 conselho assim entender fazer um manifesto neste sentido. Sugere-se ao Sr. Eduardo se  
553 inserir no Grupo e chamar a atenção das pessoas. O Sr. Andrews disse que junto à Aeturcs  
554 já fizemos um manifesto que foi entregue ao Ministro do Meio Ambiente. O interesse tem  
555 que ser de cada um. A Sra. Kelly diz que cada um é responsável por se unir ao processo. O  
556 Sr. Andrews convida o Sr. Eduardo a trazer a CT de Uso Público e se compromete a ajuda-  
557 lo nisso. A Sra. Kenia lembra que os grupos e câmaras são instancias legítimas para as  
558 reivindicações e que o conselho tem representatividades de todos os setores o que é muito  
559 positivo e que a contribuição de todos para demandas e manifestações são legítimas. Sr.



**REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

**Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

**59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

560 Fabio demanda a todos se tem questionamentos, pergunta ao Sr. Deonir e a Sra. Eridiane  
561 que responde não, ao Sr. Paulo Sergio e sem outras manifestações dá por encerrada a 59ª.  
562 Assembleia do Conselho Consultivo dos Parques.  
563

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

564

565 Para fins de esclarecer quaisquer dúvidas relativas a esta assembleia, segue a transcrição  
566 completa do áudio das reuniões de Grupo de Trabalho de Monitoria do Plano de Manejo e  
567 Assembleia Ordinária.

568 **TRANSCRIÇÃO DO ÁUDIO DA REUNIÃO:**

569 A Sra. Kelly Fonseca explicou que com relação ao grupo de trabalho de fomento ao  
570 turismo, alguns dos participantes já não fazem parte do conselho, a exemplo da Sra. Alana  
571 representante da Apetur, Sr. Paulo Ferreti, Sr. Edson Aguiar, Sra. Ana da Secretaria de  
572 turismo da Praia Grande. A Sra. Kenia solicitou que todas as instituições façam a  
573 nomeação de seus membros para no conselho. Da mesma forma o Sr. Josemar solicitou  
574 que se atualizem os e-mails. O Sr. Jorge se apresentou como Diretor de Turismo de Praia  
575 Grande e solicitou sua inscrição no conselho.

576 A Sra. Kenia iniciou explicando como foi feito o trabalho dos grupos até o momento,  
577 houve uma primeira reunião no dia 03 de dezembro para definição do plano de trabalho.  
578 O resultado foi o plano de trabalho, objetivos, metas, indicadores, plano de trabalho.  
579 Reunião previa e apresentação para a plenária e convalidada no Conselho consultivo,  
580 sendo produzido um documento para dar andamento às ações. Foram enviados a seguir os  
581 documentos para estudo como o Plano de Manejo (documento público e disponível on-line  
582 e a instrução normativa).

583 A Sra. Nivea interrompeu informando que não havia compreendido que a reunião  
584 ocorreria, no entanto a Sra. Kenia lhe mostrou o e-mail enviado e ela informou que não  
585 havia visto. A seguir a Sra. Nivea mostrou então um documento de questionamento ao  
586 ICMBio e sobre a instrução normativa.

587 A Sra. Kenia retomou informando que conforme previsto na instrução normativa publicada  
588 em fim de 2017, que prevê a revisão e proposição de planos de manejo, a coman que é a  
589 coordenação de elaboração e revisão de plano de manejo do ICMBio de Brasília  
590 pertencente a diretoria de manejo de unidades de conservação, está adotando  
591 procedimentos de revisão e elaboração de planos de manejo em várias unidades de  
592 conservação que seguem esta normativa que tem uma leitura relativamente simples, são  
593 poucas páginas com termos simples, se coloca a disposição para tirar dúvidas sobre a IN e  
594 informa que uma inovação que ela traz é a questão da participação social para o  
595 planejamento e manejo de unidades de conservação, sendo assim, este é o fórum mais  
596 legítimo para se trabalhar esta temática, o grupo de trabalho para a revisão do plano de  
597 manejo. Lembrando que esta revisão já foi solicitada por diversas vezes e em 2016 há uma  
598 resolução do conselho que pede essa revisão. Cabe destacar que este plano de manejo é de  
599 2004, elaborado por empresas de consultoria, extenso, complexo, denso e com muitos  
600 termos complexos. Este novo formato adotado pela coman é baseado no “Foundation  
601 Document – National Parc Service” que traz a visão, valores e objetivos da unidade de  
602 conservação como norteadores do processo, através de elementos dinâmicos que se  
603 modificam ao longo do tempo, por isso se faz necessário que a comunidade, amparada pelo  
604 Conselho e pelos demais atores que estejam envolvidos em todo esse contexto da unidade  
605 de conservação, possam, estudar, avaliar, alterar, fazer diagnósticos e pedir modificações,  
606 juntamente com a IN e o Roteiro de elaboração e revisão de planos de manejo, que são os  
607 documentos oficiais do ICMBio para este tema. Hoje temos o Parque Nacional de São  
608 Joaquim e o Parque extrativista da reserva marinha de Souri no Pará, uma unidade de  
609 proteção integral e uma unidade de uso sustentável que estão elaborando um plano de  
610 manejo e o Parque Nacional do Iguaçu que revisou seu plano de manejo através desta  
611 metodologia, sendo que o plano de manejo revisado do parque de Iguaçu tem 57 páginas.

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

612 A Sr. Nivea questionou a preservação do parque de Iguaçu, o Sr. Josemar e o Sr. Andrews  
613 trouxeram perspectiva a respeito da atenção dedicada para a conservação e comparando  
614 com a pouca infraestrutura voltada a conservação em nossos parques.

615 A concessão em Iguaçu oportunizou a realização de um senso a respeito da fauna e flora e  
616 maior disponibilidade da equipe do ICMBio para o cuidado da preservação. A Sra. Nivea  
617 disse que havia pesquisadores que repassavam sua pesquisa, inclusive com as esponjas do  
618 Fortaleza. O Sr. Andrews reafirmou que a concessão em Iguaçu subsidiou ferramentas ao  
619 ICMBio para poder se aproximar ainda mais da preservação. Lembrou que ele fez parte da  
620 criação do conselho consultivo, ajudando a forma-lo e apoiando a criação do primeiro  
621 regimento interno que foi feito através de um grupo de trabalho. e que a antiga diretoria  
622 dos parques não queria permitir sequer a presença da comunidade no Conselho, trazendo a  
623 policia para impedir a comunidade de participar das reuniões, no entanto através de um  
624 esforço tremendo através das legislações previstas, hoje se tem a oportunidade de  
625 participação das entidades que o compõem. Essa discussão apesar de pertinente, faz  
626 parecer que aqui em nossos parques tudo não pode e tudo não dá, no entanto precisamos  
627 mudar isso pois essa visão de que os processos atuais estão sendo feitos fora da legalidade  
628 não condiz com a realidade, na verdade está se tomando todo um cuidado para que ele seja  
629 feito dentro da legalidade e não podemos a cada passo retornar a essa mesma discussão,  
630 precisamos avançar. O Sr. Josemar disse que como voluntário apoiando com afinco o  
631 parque afirma que esta nova gestão está atuando pela legalidade para poder avançar, se  
632 alguma falha ficou da última gestão, que vinha trazendo um processo legal apoiado pela  
633 maioria da comunidade, porém com algumas falhas. Ao entrar a nova gestão, esta gestão  
634 teve o cuidado de a cada passo, onde algumas coisas ele vê Sra. Nivea questionar por falta  
635 de informação, e pede que se tenha um olhar para a realização e para a concretização dos  
636 processos pois estão sendo feitos de forma correta. O Sr. Josemar comentou toda a  
637 dificuldade enfrentada ate então pela falta de possibilidade de se avançar nos processos de  
638 melhoria dos parques nacionais, e que ele segue acreditando que agora é possível através  
639 de um trabalho alinhado entre todos de alcançar melhorias. Que o trabalho do Sr. Fabio e  
640 da Sra. Kenia estão sendo feito dentro dos melhores padrões e que cabe a nós apoiá-los. O  
641 Sr. Josemar disse que a comunidade está unida para o melhor para a unidade de  
642 conservação. A Sra. Nivea diz que nem sempre a comunidade tem razão. O Sr. Andrews  
643 comentou que já participou de ONGs e que ninguém é detentor da verdade, nem a  
644 comunidade, nem as ONGs, mas que todos precisam trabalhar de uma forma proativa, e  
645 que não podemos seguir retornando sobre temas que já foram solucionados. A Sra. Kenia  
646 solicita que retornemos ao tema do plano de manejo para que consigamos trazer os  
647 resultados esperados. Esclarece que hoje se leva em conta a expertise técnica do ICMBio.  
648 Sr. Jorge diz que iniciou no Conselho e que gostaria de entender melhor. A Sra. Kenia se  
649 apresenta como analista ambiental que faz parte do núcleo de gestão integrada e que  
650 estamos em um momento de análise da necessidade de revisão do plano de manejo tendo  
651 em vista que o mesmo se encontra defasado o que nos impede de atuar nos diversos  
652 aspectos e necessidades da Unidade de Conservação que necessitam ser estudados e  
653 considerados e levados a Diretoria de Manejo para que delibere sobre a pertinência deste  
654 trabalho. Temos dentro do conselho Grupos de Trabalho e Câmaras Temáticas e dentro  
655 destes o grupo constituído para a revisão do plano de manejo, todas as informações são  
656 levadas as instâncias superiores. Quem vai decidir é a Coman, vamos apenas enviar  
657 propostas. A Sra. Nivea informou que não tinha a informação de que se tratava de um  
658 estudo apenas de uma monitoria. O Sr. Josemar sugeriu então que a Sra. Nivea levante  
659 todos os seus questionamentos e traga até a NGI para os sanar pois sua postura de

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

660 interromper as reuniões para fazer cobranças específicas sem para tanto participar do  
661 processo não é positiva para o avanço das demandas. O Sr. Jorge faz um questionamento a  
662 respeito das concessões e a Sra. Kenia se coloca à disposição para explicar o momento do  
663 processo no qual nos encontramos no momento em que falaremos o uso público.  
664 Retomando então sobre o grupo de trabalho do plano de manejo e com relação ao roteiro  
665 metodológico no âmbito da instrução normativa, temos uma tabela que visa subsidiar o  
666 NGI de Aparados da Serra Geral, a Coman e Diman com informações para analisarem uma  
667 possível revisão do plano de manejo, estamos dentro do Grupo de Trabalho que é a  
668 instância de participação social previstas na instrução normativas e temos como  
669 responsabilidade acompanhamento do processo, a definição da estratégia de participação  
670 social, de comunicação e a interlocução com o conselho no sentido de comunicar com  
671 frequência as atividades do grupo e como evoluiu. As atividades são avaliação da  
672 necessidade da etapa preparatória, leitura do plano de manejo, leitura da instrução  
673 normativa, outros instrumentos legais, outras informações julgadas necessárias,  
674 capacitação a ocorrer no momento oportuno. Avaliação da necessidade de esclarecimento e  
675 comunicação para que todos estejam alinhados sobre o processo para que seja amplamente  
676 divulgado no âmbito do grupo de trabalho como vem sendo feito com o envio dos e-mails  
677 pela Sra. Kenia e de todas as documentações e informações necessárias. Por parte dos  
678 conselheiros, ir as bases e trazer as informações de suas bases. Complementação da  
679 caracterização da unidade em conjunto com as populações tradicionais, em específico em  
680 nosso caso que é a comunidade quilombola uma vez que eles têm que participar  
681 efetivamente do processo por que tem parte do território de sobreposição. Avaliação do  
682 processo de áreas de ocupação e uso de recursos naturais, processo conduzido pela equipe  
683 da UC e os membros do grupo de trabalho colaboram, necessárias idas a campo,  
684 reavaliação de tudo o que está escrito condiz com a nossa realidade atual e a Sra. Kenia  
685 cita exemplos. Discussão previa das normas gerais que farão a gestão. Após a elaboração  
686 ocorre a aprovação através da votação da maioria simples dos membros do conselho com  
687 devido registro em ata de reunião e enfim encaminhar a COMAN para análise técnica e  
688 parecer informando quais pontos serão objeto de revisão geral ou pontual a ser definido. A  
689 Revisão do plano de manejo é um procedimento técnico administrativo, tem poder de  
690 gerenciamento sobre todos os processos de revisão de plano de manejo e promove a  
691 alteração, supressão, geral ou pontual de um ou mais elementos do plano de manejo, como  
692 normas, zoneamento ou outros componentes. Outro item a destacar é o grupo de trabalho  
693 do conselho, este fórum, é constituído para todas as categorias de unidades de conservação  
694 formado por conselheiros e representantes externos, tem responsabilidade de acompanhar  
695 todo o processo de elaboração ou revisão enquanto instância de apoio e ele participa  
696 enquanto apoio enquanto estratégia de participação social e comunicação atuando na  
697 interlocução com o conselho. Organização do planejamento, estruturação da equipe de  
698 planejamento, equipe de organização dos trabalhos feito no mês de dezembro nas reuniões  
699 anteriores, contemplando o alinhamento entre as partes envolvidas, cronograma físico,  
700 financeiro de trabalho observando os princípios de economicidade, aperfeiçoamento  
701 sistemático da gestão. Outro item é o diagnóstico que é a análise e interpretação das  
702 informações contidas, contemplando os recursos. O foundation document avalia os  
703 objetivos da UC, seus valores fundamentais, além da missão para nortear as ações de  
704 manejo a propor. A Sra. Nivea questionou se este sistema americano realiza é adaptativo  
705 com relação ao meio ambiente, o meio ambiente não é vislumbrado antes e sim depois que  
706 ocorrem as intervenções. A Sra. Kenia informa que não há nada neste aspecto, no entanto  
707 que traz o entendimento da unidade, que é o entendimento dos recursos, dos valores, da



## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

708 história, trazendo esse apanhado geral no primeiro momento, que vai servir de subsídio  
709 para o planejamento. Qual o propósito do parque, em que sistema está incluído, o que o faz  
710 ser significativo, único e específico, atributos de biodiversidade, atributos cênicos e  
711 fisiológicos, quais os recursos e valores fundamentais, quais os requerimentos de políticas  
712 e leis, compromissos administrativos que devem ser aplicados, quais são as necessidades  
713 de dados e planejamento que esse parque necessita. Respondidas estas questões ele  
714 direciona para as atividades de planejamento propriamente ditas subsidiadoras do plano de  
715 manejo. Na instrução normativa um termo que é interessante é o de planejamento,  
716 definição com base nos objetivos gerais, feito esse exercício, de saber, quais os objetivos,  
717 quais os valores, quais os recursos, quais as especificidades, o que se visualiza para este  
718 parque no futuro, diremos qual o propósito e significância do zoneamento, das normas, das  
719 necessidades de dados e dos planos específicos e quando couber dos subsídios para  
720 interpretação ambiental e sociocultural. Definição da oficina de elaboração do plano de  
721 manejo atividade onde são reunidos os representantes dos diferentes setores, gestores,  
722 concessionários (se for o caso), conselheiros, pesquisadores, representantes da sociedade  
723 civil, dos órgãos governamentais, das populações tradicionais para a realização conjunta do  
724 diagnóstico e do planejamento previstos. Que irá requerer uma leitura prévia para  
725 entendimento deste contexto. Cabe destacar ainda a monitoria do plano de manejo a não  
726 confundir com revisão do plano a se considerar como uma atividade rotineira da UC e  
727 necessariamente prévia ao processo de revisão do plano de manejo, avalia sua  
728 implementação e possibilita identificar desatualizações e desvios, bem como propor ajustes  
729 ao planejamento e zoneamento, propiciando um manejo adaptativo. Este processo de  
730 monitoria faz parte do dia a dia da unidade. A Sra. Nivea questiona se o plano de manejo  
731 está sendo moldado à concessão. A Sra. Kenia esclarece que este apesar da concessão ser  
732 uma realidade a ser implantada em algum momento, mas que este grupo de trabalho não  
733 está ligado a este processo. O Sr. Josemar esclarece que o estudo da concessão foi feito  
734 sobre o atual plano de manejo atual, arcaico, defasado e restritivo. O Sr. Andrews diz que  
735 essa revisão de plano de manejo foi solicitada diversas vezes e inclusive em 2016 e na  
736 época não se falava em concessão estas demandas estão registradas em ata. Esclarece que a  
737 área do Malacara questionado pela Sra. Nivea consta no plano de manejo atual, não tendo  
738 sido implantada pelo ICMBio. O Sr. Paulo Sergio lembra que é legal se fazer acordo de  
739 colaboração com o proprietário. A Sra. Nivea diz que quer saber se este acordo foi feito e  
740 lhe é esclarecido que não. O Sr. Andrews relembra que o proprietário pode permitir o uso  
741 das terras para atividades exercidas anteriormente e que a visitação ao cânion Malacara era  
742 realizada, quando o ICMBio se pronunciou no sentido de fechar o acesso ao cânion  
743 Malacara ele não poderia ter feito por se tratar de uma atividade de ecoturismo e turismo  
744 de aventura que já era exercida dentro daquele local antes mesmo de se tornar unidade de  
745 conservação. Sob o viés da conservação se proibiu o ecoturismo em uma área sobre a qual  
746 o ICMBio não tinha gerência, pior ainda foram aplicadas multas em pessoas que faziam  
747 visitação nesta área de forma ilegal. A Sra. Nivea diz que não quer atividades de aventura  
748 nos parques. O Sr. Josemar explica que é comprovado no mundo todo que onde tem  
749 caminhantes e montanhistas inibe a ação de caçadores, proliferação de espécies exóticas –  
750 javali, pinus, queimadas irregulares e que o esportista que quer a preservação para si e para  
751 as gerações futuras ajuda a manter o equilíbrio e explica para a Sra. Nivea que não existe  
752 mais esta linguagem de atividades radicais. A Sra. Nivea demanda ao Sr. Josemar que  
753 apresente estudos que comprovem o que está sendo dito. A Sra., Kelly lembra que é  
754 somente uma monitoria e que para avançarmos não podemos ficar parando em cada  
755 questão para atender a solicitações pessoais. Pede que a Sra. Nivea formalize suas

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

756 demandas após os trabalhos para que seja dado andamento. A Sra. Kenia diz que a  
757 participação social envolve o levantamento de dúvidas, no entanto existem muitas  
758 atividades a dar prosseguimento são muitas por isso precisamos estar munidos de toda a  
759 informação necessária e precisamos avançar para e nos munir de subsídios técnicos e  
760 informações legítimas para nos posicionarmos. Todas as questões são igualmente  
761 importantes. Respondendo à questão da Sra. Nivea esclarece que existe a previsão de  
762 atividades de ecoturismo e turismo de aventura no parque como canionismo e rapel e  
763 outros a verificar. Sobre o monitoramento de impacto de visitação apresenta o documento  
764 de roteiro metodológico para avaliar o impacto destas atividades de acordo com o local a  
765 serem implantadas e se oferece para enviar por e-mail. Apresenta um artigo de um livro  
766 que foi publicado em uma revista de veiculação internacional que traz a importância da  
767 visitação em unidades de conservação como forma de monitoramento, inclusive coibindo  
768 infrações ambientais. Estas informações são utilizadas para subsidiar os trabalhos.  
769 Pergunta se se sentem confortáveis com a IN ou acha necessário. A Kenia informa sobre o  
770 documento que foi enviado com a análise técnica sobre os pontos a serem discutidos pelo  
771 grupo de trabalho, podendo sempre visitar o andamento do trabalho. O Sr. Andrews  
772 questiona se esse processo é do conhecimento da coman e se os mesmos estão de acordo  
773 em levar em conta este trabalho. A Sra. Kenia chama o Sr. Fabio a se pronunciar sobre o  
774 tema. O mesmo explica que já estamos na lista de prioridade para esta revisão em um  
775 processo que começa com a solicitação em 2016, e tem sido alimentado com essa nossa  
776 intensão de dar sequência e que estão cientes e deram o aval para iniciar este trabalho e diz  
777 que caso haja algum ponto a adicionar, os conselheiros podem trazer ao grupo de trabalho  
778 de monitoria. O Sr. Andrews diz que então a proposta é de trabalhar sobre esse documento  
779 de forma a subsidiar a mudança de diretrizes para discutir-se e avançar. Propõe uma força  
780 tarefa sobre algumas áreas que mudaram ao longo do tempo, zonas que foram invadidas  
781 por pinos, ou por javalis, e zonas de recuperação e se reavaliar a situação atual das mesmas  
782 e se coloca a disposição para verificar in loco algumas situações. O Sr. Josemar coloca a  
783 situação da borda norte do Fortaleza que é uma zona primitiva. O Sr. Andrews traz a  
784 sugestão de sobre a monitoria montar a força tarefa para visitar esses lugares com o GT e  
785 incursão nestes lugares. A Sra. Kenia informa que no documento está previsto  
786 levantamento fidedigno da fauna e flora e que vale estabelecer uma agenda e a IN prevê  
787 isso. Estabelecer cronograma para verificar isso e o Sr. Andrews diz que pode ser que no  
788 conselho podem haver outros interessados em fazer estas incursões. O Sr. Pablo se une à  
789 reunião e questiona qual trabalho está sendo realizado. A Sra. Kenia esclarece que  
790 conforme previsto em pauta a parte da manhã seria dedicada as câmaras técnicas e que  
791 frente a necessidade do plano de manejo este trabalho foi priorizado. Relatou sobre o  
792 trabalho feito até o momento desde a montagem do grupo de trabalho até a montagem do  
793 plano de trabalho e leitura dos documentos que embasam o trabalho. O Sr. Pablo reitera a  
794 necessidade de priorização dos pontos chaves invadidos por espécies exóticas e a  
795 necessidade de convidar experts das áreas a fazer parte destas incursões. Comenta que faz  
796 parte do conselho da flona e que naquela unidade estão estudando o zoneamento, a  
797 verificar como o conselho pode contribuir. A Sra. Kenia diz que o documento de monitoria  
798 fala sobre a questão do zoneamento com uma ressalva onde algumas áreas deverão  
799 efetivamente ser alteradas como a exemplo da área de ocupação temporária onde no plano  
800 de manejo e ser realocada em uma outra área de acordo com uma avaliação que deverá ser  
801 feita, outras não vão mudar, outras permaneceriam, isso tudo vai depender de toda a  
802 análise que pretendemos fazer. Sempre lembrando que neste documento explicita as zonas,  
803 áreas estratégicas internas, externas e ações gerenciais gerais, que são os quatro aspectos

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

804 do plano de manejo, sendo que todos estão intrincados. Busca-se sintonia uma vez que o  
805 atual plano de manejo tem muitas contradições. É preciso encontrar essa sintonia para  
806 tornar as coisas factíveis através da proposta de sugestões. Sita como exemplo datas de  
807 fechamento para os parques presentes no atual plano de manejo, no entanto lembra que  
808 este fechamento afetaria momentos importantes de visitação, no entanto a aplica o de  
809 novas possibilidades de visita o ordenada ocasionaria a diminui o do impacto da  
810 visita o.

811 O Sr. Andrews traz o exemplo de trilhas onde é possível a visita o com negocia o com o  
812 proprietário e outras não o que exemplifica a falta de coerência na aplica o do atual plano  
813 de manejo. A Sra. Nivea diz que o acordo com o proprietário pode onerar a indeniza o. O  
814 Sr. Andrews lembra que essa atitude beneficia o governo e não a popula o e ainda menos  
815 a visita o e a preserva o. Se trabalhou nos últimos anos com uma política a não permitir  
816 que os proprietários fazer nada em suas terras com essa política através de multas e  
817 processos para enfraquece-lo na compra e venda. Ao mesmo tempo que não se quer a  
818 inviabilidade da indeniza o. Quer perde é a unidade de conserva o, não temos os  
819 parques com visita o, não temos a indeniza o, os proprietários não podem produzir nada  
820 e resta somente o conflito, esse posicionamento ao longo do tempo só trouxe prejuízos e  
821 hoje pode-se mostrar in loco os prejuízos causados. Essa situa o deve ser reavaliada. O  
822 Sr. Josemar diz que o conselho se preparou com embasamento técnico para discutir as  
823 questões e questiona como pode-se ir contra isso? Contou sobre suas viagens para dar  
824 cursos em outras UCs, onde vários chefes de parques avançaram em acordos com melhoria  
825 para os proprietários com avanço da conserva o, manejo de trilhas e benefícios ao parque  
826 e a popula o local, o parque estatual do tabuleiro por exemplo está sendo caso de sucesso  
827 mundial a exemplo da voçoroca trocada por manejo de trilha com decks próprios para a  
828 visita o e aumento da conserva o e acessibilidade. O Sr. Andrews reafirma que a  
829 advocacia do órgão irá defender junto aos proprietários os interesses do parque. Tudo feito  
830 dentro da legalidade compatibilizando os interesses do estado e da sociedade. A Sra. Nivea  
831 reafirmou que muitas famílias foram expulsas de suas terras.

832 O Sr. Paulo Sergio contou sobre sua experiência de 30 anos com estas questões fundiárias  
833 mencionando como a parceria com os entes locais   benéfica para o parque e sua  
834 preserva o. O Sr. Josemar falou sobre a emo o do visitante ao visitar o parque e chegar  
835 na casa do Sr. Marçal para comer um pastel de pinhão, ao entrar na casa de mais de 60  
836 anos com fogão a lenha, tomar um café passado e vivenciar as coisas da região, a roca, o  
837 tear. O Sr. Andrews oferece a questão da monitoria como uma oportunidade para esse  
838 momento e a Sra. Kenia concorda lembrando que o que está escrito não esgota as  
839 possibilidades a serem trazidas pela monitoria que foi realizada por vários analistas e  
840 propõe o início da análise.

841 Página 37 zona intangível. O Sr. Josemar informa que atividades radicais não é mais um  
842 termos usados. Atividades esportivas por pessoas com not rio saber e ecoturismo e turismo  
843 de aventura com prestador de serviço. O Sr. Pablo coloca que pode ser atividades ao ar  
844 livre. Solicitou-se altera o de não permitida a visita o nas áreas intangíveis por  
845 permitidas em determinados casos se autorizadas pelo gestor e preferencialmente de baixo  
846 impacto. Discuti -se a análise da zona intangível, onde se verificou que os peraus são  
847 intangíveis, no entanto a zona primitiva nas bordas dos rios. Para práticas de canionismo  
848 ou outras atividades nos pared es teria que se verificar as melhores áreas a implantar zonas  
849 primitivas, se fosse o caso, tendo em vista que grande parte dos pared es são zonas  
850 intangíveis, isto tudo   uma proposta que a coman irá analisar e dar a palavra final, no  
851 entanto cabe agora efetuar proposta. Seria interessante elencar as possíveis áreas e anotar

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

852 as possibilidades com um eventual regramento. Anotar as áreas de interesse dos  
853 escaladores para parede para escalada, áreas de parede para rapel. Sr. Josemar pede  
854 permissão ao conselho para iniciar um diálogo com a Federação Gaúcha de Montanhismo  
855 para entender frente ao seu histórico de escaladas qual parede seria o melhor local para  
856 escalada, tendo em vista que muitos não viabilizam as práticas e que eles façam um estudo  
857 e relatório de parecer técnico se a via esportivamente viável. Sendo a zona de uso primitiva  
858 permissiva a esse respeito, já se pode verificar. Manter-se a área intangível localizando  
859 alguns pontos para outras atividades. É importante elencar algumas áreas específicas na  
860 zona intangível das zonas que poderiam ser vias de atividade humanas uso público restrito  
861 de baixo impacto de pesquisa, monitoramento e educação ambiental e proteção demais  
862 atividades sob análise e autorização da unidade gestora. Norma que contempla a direc (não  
863 existe desde 2007) tornou-se obsoleta e hoje é contemplada pelo sisbio, votou-se pela  
864 exclusão deste item. Sobre Instalações de infraestruturas poderão ser autorizadas mediante  
865 análise pela unidade gestora ouvidas as devidas diretorias, pois podem servir para pesquisa  
866 e monitoramento. A Sra. Nivea questionou “disso que se está fazendo” onde estamos, a  
867 Sra. Kenia informou que estamos na página 2 do documento de monitoria falando sobre a  
868 zona intangível, página 36 do documento, encarte 4. O Sr. Pablo relatou que em outros  
869 países se viabiliza muito infraestruturas para pesquisadores e grupos de visitas específicas.  
870 Outras normas que não foram incluídas na monitoria. O Sr. Josemar disse que temos que  
871 desmistificar para que a gestão do parque possa tomar a decisão. Sr. Andrews disse ainda  
872 que temos que ter uma equipe em prol da gestão pois uma equipe voltada a restringir a  
873 gestão não traz benefícios aos parques. A norma que restringe a pesquisa não científica não  
874 faz mais sentido, e foi solicitada sua exclusão. A Sra. Kenia explica que há outros planos  
875 que subsidiam temas do manejo, por exemplo plano de manejo do fogo, plano de  
876 fiscalização em conceito dinâmico. As atividades não poderão comprometer os recursos  
877 naturais. Todos concordam que esta é uma premissa básica.

878 Iniciou-se sobre zona primitiva, justificativa de alteração diz respeito ao aumento da  
879 potencialidade desta zona para observação de aves, cavalgada e camping podem ser  
880 objetos de análise e sugestão seria: atividades permitidas pesquisa, monitoramento  
881 ambiental, fiscalização, educação ambiental e a visitação. Atividades não previstas nesta  
882 zona adicionou-se serão objeto de avaliação da unidade gestora. Ao olhas no mapa são  
883 áreas abertas de campo. Questionou-se trocar por atividades de ecoturismo e esportivas, no  
884 entanto se preocupou com que tipos de atividades podem estar contempladas de forma  
885 genérica. Na redação proposta onde se coloca que as atividades não previstas sendo objeto  
886 de avaliação da unidade gestora, neste caso entraria no plano de uso público que faz parte  
887 destes elementos dinâmicos, que são desenvolvidos posteriormente, podendo se analisar  
888 nas câmaras técnicas. Sugeriu-se a inclusão de atividades esportiva de baixo impacto ou de  
889 natureza o que exclui quadriciclo ou motocross. Entende-se que esse é um dos itens mais  
890 importantes pois sua flexibilização permite atividades buscando alternativas sem alteração  
891 de zoneamento. Nova redação relativa a infraestruturas: a instalação de infraestruturas será  
892 objeto de análise e autorização prévia da unidade gestora. O trafego de veículos poderá ser  
893 objeto de análise da unidade gestora, uma vez que se justifica pelo fato da necessidade de  
894 acesso para apoio, resgate, situações específicas sobretudo nas trilhas de longo curso,  
895 veículos elétricos. A Sra. Kenia questionou a Sra. Nivea se a mesma tinha uma sugestão, a  
896 Sra. Nivea disse não se achar em condições de opinar e não se sentia com estudo o  
897 suficiente para fazer qualquer aporte e declarou: - isso nós vamos analisar ainda. A Sra.  
898 Kenia disse que o que foi falado aqui não esgota as possibilidades do plano de manejo e  
899 que se ao estudar a documentação de foi enviada por e-mail, forem identificadas outras



## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

900 questões poderiam ser discutidas. Informou que estas discussões ficarão no GT e para o  
901 conselho se apresenta no momento da assembleia o resultado das discussões. Essa zona  
902 primitiva representa 49,3% da área do parque e o plano de manejo atual preconiza que a  
903 interpretação dos atributos desta zona só será permitida através de folhetos ou recursos  
904 indiretos ao mesmo tempo que prevê algumas trilhas gerando assim uma contradição.  
905 Justificativa de alteração: as áreas que compõem essa zona primitiva contêm atributos  
906 paisagísticos riquíssimos para não serem apreciados. Por essa região está prevista a trilha  
907 de longo curso do caminho das araucárias, e outras trilhas constantes do diagnóstico de  
908 trilhas sinalizadas em 2017. É importante que a interpretação destes atributos seja feita in  
909 loco devido a sua importância geológica, biológica e paisagística contida nessa zona sem,  
910 no entanto, causar impactos a ela. Reprogramação sugestão: a interpretação dos atributos  
911 desta zona será objeto do plano interpretativo das unidades e de seus projetos, com os  
912 planos dinâmicos que comporão o plano de manejo, composto por vários portfólios, de  
913 pesquisa, de proteção, de uso público, de interpretação dentre outros e com o sigel –  
914 sistema de informações geográficas vai alcançar todas as informações contidas nos demais  
915 planos. A Sra. Nivea pergunta se será permitido construções na borda dos cânions. A Sra.  
916 Kenia informou que segundo sua leitura do encarte 4 , há diversas trilhas previstas no  
917 plano de manejo que ainda não foram implantadas, fala sobre a implantação e estruturas de  
918 visitação como mirantes, cabos de aço para impedir o avanço em locais com risco de  
919 queda, trilha vertical que está prevista, trilha suspensa do dossel das araucárias, trilhas que  
920 exigem implantação de infraestrutura. Próximo tema diz respeito a necessidade de  
921 condução acompanhada por condutores credenciados será regulada pela gestão da unidade  
922 considerando as definições das áreas estratégicas internas, suas respectivas normas  
923 previstas neste documento o perfil do tipo de visitação e o grau de experiência do visitante.  
924 Justificativa: aspectos desta natureza podem constar no plano de uso público, sendo  
925 sugerida a exclusão desta norma. O Sr. Josemar diz que a cada nova trilha aberta terá de  
926 ser feito um estudo sobre a periculosidade dela para um visitante e uma família sozinha. A  
927 exemplo do Rio do Boi onde o risco é alto para uma família adentrar sozinha. A trilha do  
928 Malacara também, ao baixar uma viração somente o guia tem capacidade de conduzir o  
929 visitante em segurança. Cabe um estudo do parque com uma comissão estudar cada trilha  
930 para deliberar junto ao conselho. O Sr. Pablo considera que tem que se fazer uma  
931 classificação das trilhas inclusive o nível de periculosidade. O Sr. Josemar diz que  
932 inclusive com normas técnicas que nos balizem a fazer este gráfico. A Sra. Nivea faz um  
933 questionamento sobre o deslizamento no Itaimbezinho pergunta como está vendo esta parte  
934 na trilha do Rio do Boi, como estão os paredões e se pode ocorrer deslizamentos. O Sr.  
935 Josemar esclarece que a qualquer momento a pedra basalto trabalha se retraindo do frio e  
936 expandindo no calor, trabalhando constantemente, por isso a necessidade de um condutor  
937 que tem a experiência do meio. A Sra. Nivea pergunta se está existindo algum estudo lá.  
938 Sobre a redação o Sr. Andrews sugere que este tema deverá constar e seguir o plano de uso  
939 público das unidades. Em seguida foi feito o trabalho sobre a zona de uso especial. A Sra.  
940 Kenia diz que qualquer um pode dar suas sugestões aos pontos e verificando  
941 continuamente para que seja condizente ao final com a nossa realidade. Pelo caráter  
942 dinâmico, o grupo pode apoiar o entendimento e a IN, a metodologia para avançarmos da  
943 forma mais justa. O grupo elogiou o trabalho da Sra. Kenia que agradeceu o engajamento  
944 do grupo cuja participação disse legitimar o processo para um ponto de entendimento  
945 coletivo. Definiu-se uma próxima reunião do GT de Revisão do Plano de Manejo a  
946 verificar a possibilidade de ser em Cambará do Sul. Foi feita uma pausa e a seguir 14h30  
947 para início da Assembleia.

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

948

949 O Sr. Fabio Vellozo Mello dá início à Assembleia se apresentando como atual Chefe dos  
950 parques nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral e solicitando a cada um que se  
951 apresente. Sr. Deonir Zimmerman, analista ambiental trabalha com a regularização  
952 fundiária dos parques aqui desde 2005, Sr. Andrews Mohr empresário de Cambará e  
953 participante ouvinte do conselho faz parte da Aeturcs e ASG ambas com cadeiras no  
954 conselho Paulo Sergio Analista ambiental dos parques e Gerente de Combate e prevenção  
955 do Fogo. Sra. Nivea Franzen da ONG Mirasserra e participante do conselho, Sra. Luciane  
956 Castilhos de Cambará, ouvinte, Sr. Da Alvorada de Cambará do Sul, Sr. Eduardo  
957 empresário de Cambará do Sul representando a ASG, Sr. Jorge Diretor de Turismo de  
958 Praia Grande, Sra. Ketulyn da SEMA e gestora do parque Estadual de Tainhas, Eridiane  
959 analista ambiental dos parques e trabalha atualmente com pesquisa e monitoramento,  
960 Camila da Emater de Cambará, Kelly Fonseca empreendedora de Cambará, presidente da  
961 AETURCS e secretária do Conselho Consultivo dos parques, Sr. Carlos da Azulega, Sr.  
962 José Alfredo da Azulega, Sr. Josemar empresário de Ecoturismo e turismo de aventura de  
963 Cambará e representante do Conselho Municipal de Turismo de Cambará do Sul e faz  
964 parte da secretaria executiva do conselho consultivo, Sr. Pablo Lehmann professor da  
965 universidade UNISINOS, Sra. Kenia analista ambiental e trabalha com socio ambiental nos  
966 parques.

967 O Sr. Deonir apresenta a situação atual da regularização fundiária dos parques nacionais,  
968 diz ter cometido um erro ao deixar a situação projetada para dezembro, essa projeção para  
969 dezembro está baseada nesse cronograma que foi apresentado no dia 21 de março teve uma  
970 audiência pública no âmbito da ação civil pública na justiça federal de Caxias do sul onde  
971 o parque além de ser condenado a implantar o plano de manejo ele tem o compromisso de  
972 fazer a regularização fundiária dos parques. Baseado em um programa que foi apresentado  
973 em 2010, que vinha sendo executado com muitas dificuldades, houve esta audiência que  
974 chamaram de audiência de conciliação porque na verdade ficamos alguns anos sem muitas  
975 ações de regularização fundiária por conta da ausência de recurso. Em 2013 teve um  
976 acórdão no tribunal de contas da união recolhendo todo o recurso de compensação  
977 ambiental. O ICMBio recorreu a esse acórdão e em 2016 teve um novo e agora que se está  
978 conseguindo implementar a decisão desse acórdão de 2016 que é a ação de um fundo de  
979 compensação ambiental que vai nos ceder o recurso oriundo das compensações que são  
980 dos processos de licenciamento ambiental no IBAMA. Planilha mostra os valores  
981 destinados e os valores disponíveis. Esse é o cronograma que não adianta detalhar pois são  
982 de interesse de pessoas e de empresas, basicamente um processo que judicializou em abril,  
983 duas escrituras para fazer em maio, laudos para serem atualizados, laudos para serem  
984 elaborados e o compromisso que o ICMBio fez nessa ação de conciliação se chegaria em  
985 dezembro com todas as propriedades do Rio Grande do Sul, dos dois parques nacionais  
986 com processos instruídos prontos para aquisição ou judicialização dependendo do caso, a  
987 depender da disponibilidade de recursos. É um cronograma que não vale a pena se apegar a  
988 isso. Essa é a situação atual, dos processos das áreas, essa área verde mais escura são as  
989 áreas onde já tem a posse e o domínio, ou seja, a gente já comprou essa área e tem a posse.  
990 O verde mais claro são processo onde já se tem a posse, mas continuam tramitando  
991 discutindo a questão de valores, mas a posse não remete. O que tem de área para fazer a  
992 gestão são as áreas em verde claro e verde escuro. A Sra. Eridiane pede para ele apontar  
993 onde estão os cânions Itaimbezinho e Fortaleza no mapa. O Sr. Deonir aponta os locais e o  
994 Fortaleza em azul porque são terras devolutas. Seguindo nesta sequência das ações, tem as  
995 áreas em laranja que tem os processos judiciais, que já foram iniciados, mas que não temos

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

996 a posse da área. Basicamente a gente tem os processos de 1960, os dois lados do  
997 Itaimbezinho. Os processos que foi iniciado em 1960 de uma poligonal de 1000 hectares, e  
998 do outro lado uma poligonal de 800 e decorrente destas duas ações temos a condição de  
999 não estamos na posse destas áreas até hoje. Aqui o processo judicial Agrolatina que agora  
1000 deve encerrar com a apresentação do terceiro laudo pericial desta área onde se imagina que  
1001 o perito tenha atendido a todas demandas tanto da Agrolatina quanto do ICMBio e agora a  
1002 gente irá conseguir concluir esse processo com a reemissão da posse dessa área da  
1003 Agrolatina. Aqui eu deixei a área que inclusive está fora do parque porque na verdade o  
1004 limite tem mais ou menor por aqui um dente. Seguindo na sequência das cores, a cor  
1005 amarela são áreas onde já houve uma avaliação, já foi elaborado um laudo de avaliação do  
1006 imóvel, só que aguarda o recurso para poder prosseguir com o processo ou a judicialização  
1007 para aqueles processos onde já houve uma intimação e o proprietário recusou o valor, ou  
1008 então a aquisição através da assinatura da escritura, são áreas que já foram avaliadas,  
1009 algumas dependem de atualização dos valores, outras dependem da disponibilidade do  
1010 recurso para poder entrar na justiça com a desapropriação direta. Na sequência das cores as  
1011 áreas em vermelho são aquelas áreas que ainda não foram avaliadas que precisa fazer uma  
1012 vistoria e uma avaliação. Da parte do Rio Grande do Sul a gente chega em dezembro com  
1013 essas áreas todas vistoriadas e avaliadas e a partir de dezembro este outro cenário aqui.  
1014 Temos processo de avaliação dos laudos concluídos na parte do Rio Grande do Sul, e  
1015 aguardamos recursos para entrar com a parte de desapropriação para continuar a aquisição.  
1016 A área do Malacara é essa daqui, com a área da Agrolatina ao norte e a área da Agrolatina  
1017 ao Sul em verde claro. Foi feita uma questão a respeito das terras devolutas. Na cor azul se  
1018 poderia encaminhar o processo junto ao INCRA de requisição destas área mas se encontra  
1019 um problema que antes de fazer a aquisição destas terras devolutas, teria que comprar  
1020 todas as que fazem confrontação para se ter uma ideia de qual a poligonal que efetivamente  
1021 é a terra devoluta, então como a maior parte dessa terra devoluta são terras não utilizáveis e  
1022 terras que estão no perau, se está deixando para o final do processo para fazer a compra dos  
1023 imóveis até onde são imóveis titulados para ao final fazer a requisição da terra devoluta,  
1024 poderia ser feito agora correndo o risco de identificar no processo uma sobreposição onde  
1025 o processo para por ter sido encaminhado de forma errada junto ao INCRA. A área da  
1026 Agrolatina está em verde e teve alteração da área do Aparados e são essas duas que  
1027 pretende judicializar o recurso que está disponível hoje a depender da liberação do  
1028 orçamento do ICMBio que deve acontecer no final de abril. Para se ter uma ideia o recurso  
1029 que se tem disponível hoje seria 8 milhões, sendo a maior parte deles no Serra Geral. No  
1030 Aparados seria 815, esse é o recurso que se tem hoje para execução. Esse recurso seria  
1031 executado no caso do Aparados da Serra em março de um imóvel na ponta e a  
1032 judicialização da área apontada que é um condomínio onde parte dos proprietários aceitou  
1033 o valor, um deles não então se faz a aquisição administrativa aqui e judicializa ali. A  
1034 destinação dos 800 mil reais do Aparados. Os 8 milhões do Serra Geral seria a  
1035 judicialização de uma área aqui e a judicialização da Agrolatina. É basicamente isso o uso  
1036 do recurso do Serra Geral. Questionou-se com relação a parte da Agrolatina ao Norte onde  
1037 ficaria o dente do Malacara, você falou que incorporou a área acima lá, na justiça está para  
1038 ser dono desta área ou não? Isso porque não foi feito o recorte. O limite passa fazendo este  
1039 dente foi só uma questão de não repassar. A área do Morro Agudo depende de mais  
1040 recurso. Aqui tem essa planilha para ilustrar. Tem 18 milhões para execução já disponível  
1041 e esse montante aqui para liberar conforme forem assinados os termos de compromisso  
1042 com as empresas, em dezembro foi feito o fundo, a Caixa Econômica contratada para  
1043 administrar o fundo e agora as empresas estão sendo chamadas para a assinatura dos

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

1044 termos de compromisso e compensação, a medida que a empresa assina o compromisso vai  
1045 sendo incorporado nesse valor. A gente teria num horizonte de execução, cinco anos para  
1046 executar este valor, que é o tempo que após a assinatura do compromisso tem que executar  
1047 esse termo de compromisso. Então nos próximos cinco anos sem destinação de outros  
1048 recursos a gente teria isso aqui. Lá na Câmara de compensação ambiental eles destinam o  
1049 recurso para um parque ou para o outro, não admite misturar. Daquilo que está previsto  
1050 para o Aparados da Serra naquela tabela, a gente deixaria em verde claro ou escuro todas  
1051 as áreas do Aparados e ainda sobraria 5 milhões que seria usado para a área, do recurso dos  
1052 16 milhões tem dinheiro o suficiente para a área de Aparados no Rio Grande do Sul.  
1053 Questionou-se quantas propriedades faltam indenizar? Oito do Aparados e o processo  
1054 judicial e do Serra Geral sete mais a Agrolatina oito. A área em amarelo é uma área que  
1055 deve vir para o ICMBio em troca de multas, uma área que deve ser incorporada ao  
1056 patrimônio sem que a gente tenha que pagar por ela. Algumas áreas em branco foram  
1057 medidas por precaução, mas estão fora do parque. A área do cânion Faxinalzinho tem uma  
1058 área que não foi avaliada ainda, uma terra devoluta e do lado do Aparados foi  
1059 desapropriada esta área e esses processos a gente não está tocando este ano. Todos os  
1060 processos destes devem ser iniciados conforme o cronograma que a gente iniciou e  
1061 acordou na justiça a partir de 2020. Tem um tratamento de não tocar os processos até  
1062 porque se há uma sobreposição, se é área do Parque Nacional o ICMBio vai desapropriar,  
1063 se é área do Samoa, é o Inbra que deve desapropriar por isto está parado qualquer processo  
1064 na área da sobreposição. Questionou-se se na área norte da Agrolatina está judicializado,  
1065 mas não foi emitida a posse para o ICMBio. Teve uma emissão em 2014 e foi recuado da  
1066 emissão por uma decisão da procuradoria federal, houve uma emissão diante de uma  
1067 audiência de conciliação a procuradoria optou por recuar da emissão da posse. Questionou-  
1068 se se ainda é do proprietário. O Sr. Deonir informou que ainda é do proprietário.  
1069 Questionou-se sobre a área do Malacara que vai ser possivelmente judicializada. Sr. Deonir  
1070 respondeu que atualmente esse processo de desapropriação a gente já pede emissão da  
1071 posse imediatamente na hora em que faz a emissão, então tendo o dinheiro, protocola a  
1072 inicial, o juiz decide pelo depósito, a gente deposita o valor e entra com a posse então foge  
1073 do rito dos processos iniciados em 96 que são as áreas da Agrolatina e da Florence e dos  
1074 Boff e por uma decisão da Procuradoria na época se optou por não serem emitidos na posse  
1075 por toda a discussão que existe sobre a juros compensatórias dentro de um processo de  
1076 desapropriação judicial na época se optava por não serem emitidos na posse. Como esta é  
1077 uma área com toda a importância no uso público, com certeza o ICMBio vai optar por  
1078 pedir a emissão da posse imediatamente. A Sra. Nivea disse que em um dos documentos da  
1079 documentação do Malacara ela leu que o Diretor da Agrolatina se recusou a falar em  
1080 superposição de áreas, que ela não compreendeu direito naquela época e pergunta se existe  
1081 superposição na área da Agrolatina. O Sr. Deonir diz que ele usa o decreto de  
1082 desapropriação de 1934, mas que o entendimento dele é juridicamente superado. É área do  
1083 Parque nacional que vai ser desapropriada e ele alega que em função do decreto de criação  
1084 do Serra Geral que ao ser decretado área pública e tendo passados 5 anos do decreto que  
1085 não é área do parque nacional no entendimento dos advogados dele que já foi superado. O  
1086 rito é uma desapropriação administrativa através de uma compra e venda a partir do  
1087 momento que não há aceite do valor a gente entra com uma desapropriação direta na  
1088 justiça federal e aí independente de quanto tempo se passou da criação do parque é área de  
1089 utilidade pública e o entendimento do advogado dele é superado. Questiona-se que tem  
1090 uma tabela com o nome dos proprietários e dos processos com o andamento de cada  
1091 processo e detalha a questão dos herdeiros, entende-se como interessante disponibilizar



## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

1092 isso para todos até para se enxergar cada área e a situação atual. O Sr. Deonir diz que a  
1093 situação atual é esta aqui projetada para dezembro e pede para não mostrar a tabela  
1094 justamente pois ela traz valores e o nome das pessoas que são de interesse pessoal e que  
1095 está disponível em um processo do ICMBio. Visualmente esta é a situação então para  
1096 entender a situação do aspecto de qual é a situação, visualmente está ali no mapa.  
1097 Questiona-se sobre as áreas que estão no mapa e que estão judicializadas nos processos  
1098 mais antigos como no caso da família Marçal, eles seguem o mesmo rito da Agrolatina?  
1099 Pois essa judicialização ocorreu na década de 60 e não se teve uma evolução até agora,  
1100 quais as perspectivas com relação a esta situação? Pois algumas dessas áreas ainda tem  
1101 moradores a entender um pouco esse processo. O Sr. Deonir diz que são dois processos  
1102 desde os anos 60 que foram juntados em um só em um dado momento. Uma poligonal de  
1103 1000 hectares deste lado e a outra de 800. Houve uma emissão na posse pela união em  
1104 dezembro de 1961, os proprietários que estavam nestas áreas assinaram a emissão da posse  
1105 e isto está no processo, todos aqueles que ocupavam imóveis nestas duas poligonais tem  
1106 suas assinaturas. Como na época o servidor do Ibdf não residia aqui, recebeu a posse e foi  
1107 embora e as pessoas ficaram morando ali e deram ciência no ato de emissão da posse e  
1108 ficaram ali. O processo teve várias idas e vindas, teve área que foi comprada  
1109 administrativamente inclusive. Mesmo tendo processo de desapropriação judicial, houve  
1110 uma compra administrativa de algumas áreas. Tem escritura de compra e venda e o  
1111 proprietário recebeu. Hoje o processo está no tribunal regional, TRF4 e a GU que  
1112 representa a união nesse processo está tentando a reemissão da posse com base nos  
1113 elementos que foram levados para dentro do processo e caso não haja a reemissão, na  
1114 sequência a GU vai solicitar que esses proprietários sejam chamados, os atuais detentores  
1115 destas áreas sejam chamados para o processo para que eles comprovem a titularidade e aí  
1116 cada um vai ter que demonstrar como o imóvel que hoje está aqui tem relação ou não com  
1117 as áreas que foram já desapropriadas. Se a pessoa não conseguir comprovar que seu título  
1118 tem relação ou não tem relação com os imóveis que foram desapropriados ele vai ser  
1119 desalojado da área que ele ocupa. Se houver relação, vai ter uma avaliação, do que ainda  
1120 falta a pagar para este percentual do imóvel O que a gente entende que em algum momento  
1121 houve um saque de 80% dos valores para poder ter a emissão da posse e aí faltaria fazer a  
1122 complementação do depósito e os 20% restantes, essa é a leitura que a gente tem do  
1123 processo hoje. Esse processo é importante que a gente deixe claro não depende da ação do  
1124 ICMBio a continuidade ou aceleração desse processo que é um processo judicial, tanto  
1125 esse aqui como da Agrolatina. Então são processos que vão depender da velocidade da  
1126 justiça federal trabalhar e a velocidade dos que são interpelados que são os réus e a  
1127 executora que é a união. Questionou-se se houve mudança dos proprietários, ou seja, se os  
1128 proprietários se desfizeram de suas terras? O Sr. Deonir diz que teve e inclusive compras  
1129 de imóveis de terceiros aos desapropriados. A falha da união neste processo aqui foi que  
1130 não registrou a posse não colocando o documento de emissão da posse no cartório e a  
1131 partir disso há escrituras livres para transação até hoje. A respeito da emissão de posse de  
1132 outra área se questionou quem era a procuradora que optou pela não emissão da posse. O  
1133 Sr. Deonir informou que era a procuradora Cirlene Zimmerman procuradora do ministério  
1134 público, o procurador atual é de Caxias do Sul e o procurador muda conforme o processo  
1135 segundo o Sr. Deonir. Questionou-se se existe a possibilidade que o tramite desta  
1136 judicialização acabe seguindo o mesmo rito da área anteriormente judicializada? O Sr.  
1137 Deonir diz que existe essa possibilidade a partir do momento em que se entra com uma  
1138 ação judicial, mas que ele crê que há todo o embasamento técnico para justificar a  
1139 desapropriação. Questionou-se se neste caso o responsável pela desapropriação no parque

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

1140 sobre a questão da desapropriação. O Sr. Deonir disse que essa é uma decisão da  
1141 instituição e que no dia da audiência estava o Diretor da Disat estava na audiência e ele foi  
1142 tomada a decisão de quais eram as prioridades para a aplicação deste recurso e então tinha  
1143 uma questão institucional de que esta é uma prioridade para a instituição. Houve uma  
1144 diferença de 200 mil reais e na hora fizeram uma consulta para definir que esse valor era  
1145 para assumir um compromisso do ICMBio com a justiça federal. É chegar em dezembro e  
1146 estar com isso resolvido ou dificilmente irão fugir da multa lá. O juiz estava demonstrando  
1147 nos despachos um descontentamento muito grande com a falta de encaminhamento do  
1148 ICMBio e todo mundo estava preocupado da gente levar uma multa pelo processo judicial  
1149 e na hora apresentando esse cronograma, definiram ok suspende esse processo até  
1150 dezembro, executem isso que estão assumindo aqui, e ai a instituição vai fazer realmente  
1151 acontecer com a liberação do orçamento do ICMBio que até então não aconteceu. Com  
1152 relação à sequência, para finalizar a apresentação, com aquele recurso disponibilizado dos  
1153 16 milhões, a parte do Aparados no Rio Grande do Sul conclui, se disponibilizando o  
1154 recurso e ainda sobre 5 milhões para encaminhar os processos de Santa Catarina que são  
1155 áreas menores, mas que cada uma delas precisará de uma avaliação e hoje não é possível se  
1156 definir como se resolve cada uma, o mercado de terra de Santa Catarina está desatualizado  
1157 pois é de 2011 e hoje não tem como dizer como comprar e existem as benfeitorias acima,  
1158 lavouras de banana, que precisa calcular o valor disso. No Serra Geral com a  
1159 disponibilização daquele recurso da compensação é bem menos vai precisar de muito mais,  
1160 fazendo um cálculo de projeção para se conseguir deixar verde as áreas em amarelo irá  
1161 precisar de 17 milhões de acordo com a planilha, pede que não olhem nomes e valores, 10  
1162 milhões menos 5, sobram 5 milhões para Santa Catarina, um milhão menos 17, vai faltar  
1163 16 milhões para o Serra Geral na parte Catarinense. Do dinheiro que tem disponível mais o  
1164 que deve ser disponibilizado em cinco anos a gente consegue no Aparados concluir o Rio  
1165 Grande do Sul e no Serra Geral vai precisar ainda de 16 milhões para concluir a parte do  
1166 Rio Grande do Sul. Questionou-se se levando em conta a área do parque em 5 anos se terá  
1167 a posse. O Sr. Deonir informou que do Aparados considerando grosseiramente 100%, sem  
1168 considerar eventuais complementações de depósito desta área aqui, que é a judicializada  
1169 em que a gente já superou o valor, mas tem essa outra área aqui em que a gente não sabe se  
1170 vai ser judicializada ou não, e a partir da judicialização a gente não consegue mais estimar  
1171 valores pois depende da sentença para determinar se vai precisar de mais quanto. Se  
1172 corresse tudo muito bem, em cinco anos a gente teria 100% de Aparados. E Serra Geral  
1173 existem muitas áreas que estão fora do parque e na judicialização você acaba comprando,  
1174 aproximadamente 1.500 hectares que são de áreas que por exemplo, o limite passa aqui,  
1175 tem área de floresta aqui, tem área que não é utilizada, pelo proprietário o que faz comprar  
1176 mais áreas, aproximadamente mais 1.500 hectares para comprar fora do parque  
1177 considerando este aspecto da cobertura florestal que tem, do não interesse do proprietário  
1178 de ficar com áreas remanescentes, então você compraria mais área, só tem como dizer  
1179 quando ocorrer o processo. Muitas áreas nem são utilizadas hoje. Questionou-se a área  
1180 total final do parque. O Sr. Deonir explicou que se trabalha com polígono de 31.000  
1181 hectares. Está na norma que se deve comprar estas áreas remanescentes no caso do  
1182 proprietário julga inviável de exploração. Compra-se o imóvel e depois altera-se os limites  
1183 com base nos imóveis adquiridos. Isso já aconteceu, por exemplo, nesta área, onde  
1184 comprou-se 45 hectares a mais no Serra Geral. Aqui no Aparados, deve-se comprar 27  
1185 hectares a mais por conta deste tipo de situação. Não havendo mais dúvidas, o Sr. Fabio  
1186 agradece a presença do Sr. Deonir e dá continuidade à pauta convidando o Sr. Paulo Sergio  
1187 para apresentar seu trabalho sobre manejo do fogo e como anda o trabalho.

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

1188 O Sr. Fabio diz que a respeito do GT de regimento interno faltam algumas pessoas e a Sra.  
1189 Kelly informa que o Regimento Interno está em um processo bem avançado, recuperado de  
1190 um antigo processo, no entanto não há nenhuma agenda ainda. O Sr. Fabio diz que é  
1191 importante trazer um posicionamento a este respeito na próxima reunião. A Sra. Kelly diz  
1192 que com relação à CT de Fomento ao Turismo, a Sra. Alana da Apetur mudou-se para  
1193 outro país, o Sr. Paulo Ferreti já não faz mais parte do Conselho, assim como o Sr. Edson e  
1194 a Sra. Ana, por esta razão teremos que nomear novos integrantes e eleger os  
1195 coordenadores. Sr. Fabio informa os presentes do grupo de Fomento ao Turismo, Sr.  
1196 Andrews, Sra. Kelly, Sra. Nivea, e Sr. Jorge da Praia Grande que representa a Secretaria de  
1197 Turismo e sugere ficar neste grupo que está presente o ponto focal para iniciar os trabalhos  
1198 e pergunta quem se habilita a fazer este trabalho, A Sra. Kelly, o Sr. Jorge e a Sra. Nivea se  
1199 comprometeram em dar andamento ao grupo. O Sr. Josemar pede que se pegue a lista dos  
1200 conselheiros e verifique quem tem representatividade neste setor para convidar a fazer  
1201 parte do grupo, inclusive quilombolas, tem muitas pessoas que apesar de não estarem  
1202 presentes hoje participa com afinco desta CT. Sobre a câmara temática de uso público o Sr.  
1203 Fábio convidou o Sr. Josemar a comentar, o Sr. Josemar junto ao Sr. Andrews demonstrou  
1204 sua inquietação com a ausência de ações sobre essa CT, no entanto a Sra. Kelly informou  
1205 que o Sr. Marcelo Pupim quem estava a frente desta CT junto ao Sr. Dolvane que já não  
1206 faz parte. O Sr. Fabio confirmou com o Sr. Paulo Sérgio que o mesmo faz parte dessa CT e  
1207 pede que os presentes na reunião conversem com o Marcelo para que se apresente os  
1208 trabalhos e uma próxima reunião apresentar ao Conselho o feedback dos trabalhos. O Sr.  
1209 Fabio chama a Sra. Kenia a apresentar o andamento do GT de Revisão de Plano de  
1210 Manejo. A Sra. Kenia convida a todos os interessados a se inscreverem nos GTs de seu  
1211 interesse. A Sra. Nivea questiona como se inscrever no GT de uso público, a Sra. Kenia  
1212 informa que no e-mail enviado consta o e-mail de todos os componentes dos grupos e  
1213 câmaras. A Sra. Kenia pede para passarem o nome com atualização para continuar com os  
1214 planos de trabalho. Hoje pela manhã a proposta seria de cada câmara trabalhar sobre a  
1215 evolução e como teve pouco retorno, optamos por trabalhar a temática do Plano de Manejo  
1216 no Grupo de Trabalho. Inicialmente foi feito o nivelamento e alinhamento através do  
1217 conteúdo a estudar compartilhado antes do encontro do Grupo de Trabalho, notadamente o  
1218 Plano de Manejo das Unidades feito em 2004, a instrução normativa número 7 de 2017 que  
1219 disciplina as normas de elaboração e de revisão de planos de manejo no âmbito do  
1220 ICMBio. Este trabalho iniciou com a criação do grupo de trabalho que é uma instância  
1221 legítima dentro do processo de proposição de revisões de plano de manejo. A Sra. Nivea  
1222 perguntou com relação ao uso público a respeito das piscinas do Malacara se existe um  
1223 controle disso pelo que se houve falar que é muito perigoso aquilo lá em função das  
1224 trombas d'água que podem existir e de enchente lá de uma hora para outra e pergunta se  
1225 existe alguma forma de controle disso porque parece que não está de controle do ICMBio  
1226 esse controle. A Sra. Kenia informa que foi feito um controle em parceria com a Prefeitura  
1227 de Praia Grande e o Sr. Jorge informa que está se fazendo o projeto de uma guarita lá. A  
1228 Sra. Nivea pergunta se no caso de algum acidente lá quem será responsável, o ICMBio, A  
1229 Praia Grande ou o Prefeito? A Sra. Kenia diz que existe uma Instrução normativa que  
1230 regulamenta o uso de trilhas e condução de visitantes dentro das unidades de conservação e  
1231 existe a questão da assunção dos riscos, se o visitante se dispõe a fazer uma determinada  
1232 trilha ele assume os riscos, existe um documento que é o termo de conhecimento de riscos  
1233 que deve ser ofertado ao visitante quando da entrada de alguma trilha na unidade de  
1234 conservação e ele tendo conhecimento dos riscos inerentes a atividade ele pode executar a  
1235 trilha. O Sr. Deonir disse que a questão da responsabilidade o ICMBio deve sim ser

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

1236 acionado quando acontece algum acidente antes de qualquer coisa. A gente tem ações que  
1237 são feitas como por exemplo uma placa que informa que entrada somente com guia cria o  
1238 próprio regramento. A Sra. Nivea diz que isso é inócuo. O Sr. Deonir, diz que esse é o  
1239 entendimento dentro dos parques e que a responsabilidade civil vai continuar existindo e  
1240 fugir de toda a responsabilidade não tem como, mesmo o Rio do Boi quando tem controle  
1241 de acesso. O Sr. Andrews informa que o Parque tem um termo de cadastramento de  
1242 condutores e que a exemplo do Rio do Boi o parque não permite a visitação sem um guia  
1243 cadastrado pelo parque a menos que ele peça uma autorização especial. Os condutores que  
1244 fazem esse guiamento para se credenciamem devem passar por um procedimento, além de  
1245 ter um treinamento adequado com base nas normas de turismo de aventura, que são normas  
1246 consagradas mundialmente, estas da ABNT, tem um estágio a fazer. O Sr. Andrews diz  
1247 que a preocupação da Sra. Nivea o preocupa pois existe uma quantidade importante de  
1248 condutores, principalmente de Praia Grande que tem ali sua fonte de renda, sua percepção  
1249 ao longo dos anos trabalhando aqui   que nós da sociedade civil não fazemos  
1250 absolutamente nada para contribuir com a unidade no sentido de que se encontre soluções  
1251 para esta questão da responsabilização e quando ocorre o acidente, tenta-se localizar o  
1252 culpado. Eu pediria que se tem alguma preocupação com relação a isso que apresente uma  
1253 alternativa que seja aplicável, pois no local onde se começa aquela trilha nem área do  
1254 parque é ainda. Na  rea do parque onde poderia possivelmente se fazer uma guarita,  
1255 precisa de um forte aporte em termos de construção e essa trilha não tem a periculosidade  
1256 da qual a Sra. Está falando. Está se estudando a aplicação da norma de classificação de  
1257 trilhas até a piscina do malacara. A Sra. Nivea questiona que o cânion Malacara é  
1258 considerado cânion indomável. O Sr. Andrews esclarece que a situação onde se considera  
1259 o Cânion Malacara como Cânion indomável é a travessia do cânion onde se está  
1260 trabalhando com uma atividade que apresenta uma série de condições técnicas para se  
1261 praticar. Quando se fala em piscinas do Malacara, é apenas uma trilha cujo nível de  
1262 periculosidade está relacionado a condições climáticas, mas em função da curta distância,  
1263 de várias possibilidades de trilhas de escape pela mata, nas duas margens do rio,   uma  
1264 trilha que não apresenta esse grau de periculosidade que justificaria uma fiscalização  
1265 ostensiva. Como   por exemplo o Rio do Boi, onde o grau de periculosidade   maior e tem-  
1266 se uma guarita, estou falando isso como dono de agência, presto este serviço e sou  
1267 condutor há muito tempo, inclusive ajudei a criar estas trilhas. O Sr. Josemar reitera que  
1268 sobre esta preocupação da Sra. Nivea eles veem trabalhando há mais de dez anos nas  
1269 unidades de conservação, com grandes discussões onde a unidade tem o termo de ciência  
1270 da empresa do prestador de serviço, nos cercando de normas técnicas, de treinamento e de  
1271 capacitação de condutores e apesar de entender sua preocupação, que esta preocupação  
1272 vem de encontro a um trabalho de dez anos de histórico até chegar agora no momento do  
1273 recadastramento de condutores onde esta saindo uma normativa destas pessoas voluntárias  
1274 trabalhando para o ICMBio e solicita que também solicite o andamento deste processo  
1275 onde gostaríamos que mais gente viesse a trabalhar em conjunto. A Sra. Nivea diz que  
1276 estourou um a¸ude encima do Rincão dos Kroef. A Sra. Ketulyn informa que não foi o  
1277 a¸ude pois não tinha volume para isso e o que ocorreu foi um deslizamento de encosta, que  
1278 se olhasse mais de perto verificaria. A Sra. Nivea diz que o que passaram na época foi que  
1279 estourou um desses reservatórios, mas que foi o que lhe passaram e que pode estar errado.  
1280 A Sra. Kenia chama a uma questão de ordem para a retomada da devolutiva com relação  
1281 ao grupo de trabalho. O Sr. Jorge disse que faz a trilha do Malacara desde crian¸a e que na  
1282 verdade a criação de uma guarita seria sobretudo para controlar a entrada de famílias sem  
1283 condutores e sem conhecimento do trajeto. A Sra. Ketulyn diz que o visitante ao ser



## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

1284 informado e ao proceder de forma contrária é passível de autuação, a instrução é sinalizar e  
1285 fiscalizar O Sr. Fabio diz que se tem tido preocupação com o Malacara e de encontrar uma  
1286 maneira de ter um monitoramento e quer ter um posto lá ou uma guarita para que possa  
1287 fazer um monitoramento mais efetivo inclusive para melhorar o controle de pessoas e a  
1288 manutenção da qualidade ambiental do local, estamos atentos a isso e procurando soluções.  
1289 A Sra. Kenia retomou informando que tivemos este momento de leitura da Instrução  
1290 Normativa, foi chamada atenção a alguns termos específicos como o diagnostico o  
1291 planejamento, a monitoria do plano de manejo, a instituição do grupo de trabalho e a  
1292 oficina de elaboração do plano de manejo. Diante de várias demandas que temos da própria  
1293 revisão do plano de manejo iniciou-se esse processo, houve a elaboração de um documento  
1294 que é parte dessa atividade de rotina da unidade de conservação, prévia à elaboração em si,  
1295 essa atividade que é chamada de monitoria, ela vem apontando alguns itens do plano de  
1296 manejo que são aqueles que ou estão defasados, ou que pedem algum tipo de avaliação  
1297 mais efetiva ou precisam ser excluídos diante da realidade da Unidade de Conservação, de  
1298 alguma forma pede algum tipo de avaliação. Este exercício que é a monitoria do plano de  
1299 manejo, é feito no âmbito da equipe gestora da unidade de conservação e no âmbito do  
1300 grupo de trabalho. Hoje fizemos uma leitura prévia de alguns itens iniciais deste  
1301 documento e algumas sugestões foram incorporadas no âmbito do GT. O próximo passo é  
1302 conseguir concluir essa atividade de releitura, sendo que o mesmo não esgota nenhuma  
1303 possibilidade de discussões ou inserções, de outros itens constantes do plano de manejo e  
1304 lembrando que é um processo dinâmico onde a participação social é um dos eixos de  
1305 orientação da IN, sendo assim, todas as contribuições são bem vindas pois se trata de um  
1306 momento de planejamento. Quando este documento estiver pronto será enviado à COMAN  
1307 que é o órgão do ICMBio que faz a avaliação desse diagnóstico prévio que fizemos e então  
1308 a COMAN vai deliberar se o Plano de Manejo da Unidade terá uma revisão pontual ou terá  
1309 de ser geral e quais são os pontos que serão alterados após análise técnica. A Sra. Nivea  
1310 perguntou se essa COMAN não foi extinta ainda. A Sra. Kenia explicou que essa  
1311 Coordenadoria faz parte da diretoria de manejo de unidades de conservação e toda  
1312 elaboração e revisão de plano de manejo passa por essa coordenadoria. Essa demanda de  
1313 revisão do Plano de Manejo dos nossos Parques data de 2016 no âmbito do próprio  
1314 conselho consultivo e encaminhada a demanda a essa coordenação e agora em 2019  
1315 tivemos este feedback de que podemos iniciar a monitoria, mas devido a conjuntura atual  
1316 talvez as coisas não saiam exatamente como planejamos do momento em que havíamos  
1317 pensado em fazer uma capacitação de nivelamento para elaboração de plano de manejo,  
1318 como falado da reunião de dezembro, mas por agenda da consultora não foi possível, mas  
1319 o grupo de trabalho vem trabalhando sobre isso. Vale salientar que o Plano de Manejo é o  
1320 instrumento de gestão dos parques e existem alguns pontos que estão divergentes da  
1321 realidade atual, a nossa incumbência enquanto grupo de trabalho neste momento é trazer a  
1322 luz estas questões. Quais são estes pontos. O que está constando no documento de  
1323 monitoria é dinâmico e se for identificado pelo grupo de trabalho algo que não conste pode  
1324 ser manifestado pelos integrantes. Será elaborado um cronograma para que estes encontros  
1325 sejam mais frequentes para se atuar de forma mais célere, as visitas a campo pois no  
1326 próprio planejamento do grupo de trabalho um dos pontos é o levantamento atualizado das  
1327 informações de biodiversidade, mapeamento e zoneamento fidedigno para a manutenção  
1328 da unidade de proteção integral. Alguns pontos foram levantados sobre a possibilidade de  
1329 se abrir novas trilhas, então quais seriam estas trilhas, quais seriam as condições de  
1330 abertura e este grupo de trabalho vai buscar fazer estes levantamentos, sendo só um  
1331 exemplo pois existem vários outros. A parte de inscrição de novo integrante ao grupo está

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

1332 aberta, não é restrito a membros do conselho, aberto a pessoas interessadas em contribuir  
1333 com a temática são bem-vindos. A Sra. Nivea questionou a respeito de quando as  
1334 concessões irão ocorrer se em outubro ou novembro. A Sra. Kenia respondeu que de  
1335 acordo com o discurso do Ministro seriam abertos os editais em outubro, haveria o  
1336 procedimento de seleção de possíveis concessionários interessados. O Sr. Fabio disse que  
1337 nos assuntos gerais falaria a respeito do que tem como informação a respeito do processo  
1338 de concessão. O Sr. Josemar questiona se com a ferramenta que está sendo enviada os  
1339 conselheiros estão recebendo os e-mails e não estão replicando a suas entidades. A Sra.  
1340 Kenia diz que estas informações são públicas e abertas ao cidadão, e é muito importante  
1341 pois ainda que a pessoa esteja aqui e não tenha direito a voto, ela tem direito a voz e tudo  
1342 isso faz parte desse processo de participação social importantíssimo para este espaço de  
1343 discussão. Pede que aquelas entidades que tem substitutos atualizem seus contatos e que  
1344 tenham a representatividade do conselho nas assembleias. O Sr. Fabio informou aguardar a  
1345 estabilidade para retomar as agendas previstas com interventores de Brasília pois outros  
1346 compromissos entre diretorias e parque não foram concluídos talvez pela própria mudança  
1347 de equipe. Na medida em que os processos se estabilizem em Brasília retomaremos estas  
1348 pautas e calendários. A Sra. Nivea diz que para eles é extremamente difícil acompanhar  
1349 este processo todo não conhecendo o plano de manejo e mesmo sendo do conselho não  
1350 tivemos orientação nenhuma e pode ser desapropriado pois não tem conhecimento e está  
1351 navegando a deriva neste processo todo. O Sr. Fabio passa então a palavra ao Sr. Paulo  
1352 Sergio que vai falar do manejo integrado do fogo. O Sr. Paulo Sergio fala do planejamento  
1353 para os dois parques neste ano do manejo integrado do fogo. Existem várias ações desde o  
1354 contato com o proprietário, pela necessidade de queima dos Campos de Cima da Serra  
1355 onde um dos principais objetivos como já foi apresentado na reunião passada é de eliminar  
1356 a palha acumulada para evitar aqueles incêndios e proporcionar o bem-estar, garantir o  
1357 patrimônio, as atividades das populações que residem no parque e no entorno. Os  
1358 procedimentos continuam, pretende visitar as propriedades para ver a questão de acúmulo  
1359 de combustíveis. Em Brasília tem o departamento que monitora constantemente as imagens  
1360 de satélite as condições onde está mais perigoso, além de prevenir grandes incêndios,  
1361 proporciona as atividades econômicas, culturais e socioambientais da região. Continua o  
1362 procedimento de guarda dentro do parque, solicita, fazemos a vistoria prévia da área e com  
1363 o apoio da brigada, na época apropriada se faz esse manejo, resgatando inclusive estas  
1364 atividades antigas realizadas muitos anos atrás. O Rio Grande do Sul é um dos últimos  
1365 estados do Brasil a regulamentar a questão do uso do fogo e autorizar o fogo na forma de  
1366 queima controlada, tanto dentro do parque como no entorno na zona de amortecimento,  
1367 onde a competência de autorização é do estado e já foi passado para a Prefeitura de  
1368 Cambará do Sul, onde os proprietários que vivem na zona de amortecimento procura a  
1369 prefeitura e regulariza sua situação no processo legal para poder autorizar com a anuência  
1370 do ICMbio, onde não se autoriza fora do parque e sim dá uma anuência e sempre que  
1371 possível apoia com as ações da brigada. Está sendo elaborado o mapa geral de todas as  
1372 áreas que foram queimadas ano passado dentro do parque como na zona de amortecimento  
1373 este departamento onde a demanda foi enviada por nós e está sendo priorizado os parques  
1374 que estão cometidos de ser, principalmente na região do Cerrado, o grande incêndio na  
1375 flona de Roraima, este departamento está sendo solicitado por todas estas áreas para  
1376 demonstrar as cicatrizes do fogo dentro do parque para podermos planejar as áreas que  
1377 serão queimadas e ainda não se chegou a este detalhamento. Uma das ações é o curso de  
1378 seleção e formação da Brigada de incêndio, pois quase todo o ano se treina o pessoal e  
1379 contrata. Este ano teremos vaga para doze pessoas, homens ou mulheres, sendo o contrato

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

1380 de 11 pessoas para 6 meses e um chefe de esquadrão para um ano, renovável anualmente  
1381 até 3 anos. Fora estes, são quatro brigadistas a contrato de um ano que dá apoio  
1382 operacional em todas as áreas, situação ambiental, manutenção de trilhas e demais  
1383 atividades onde possam ajudar, são estes quatro que terão a renovação de seus contratos  
1384 por mais um ano. Serão selecionados um chefe de esquadrão mais dez brigadistas. No  
1385 processo de seleção, tem uma semana de, no dia dois de maio tem uma pré-seleção destes  
1386 candidatos selecionando 36 pessoas que vão para sala de aula para fazer o curso de  
1387 capacitação. Na pré-seleção tem um teste fechado, a questão do atestado médico pois a  
1388 atividade exige esforço físico e perfil psicológico, período de inscrição até 29 de abril, já  
1389 foi aberto o edital e divulgadas as inscrições nas prefeituras de Cambará do Sul e Praia  
1390 Grande além do parque. Pede apoio para divulgar o curso de formação e seleção, mostra o  
1391 edital e documentação necessária. Depois desta seleção começam a atuar a partir de 01 de  
1392 junho. O apoio na divulgação dos dois últimos anos foram poucos candidatos e tem vaga  
1393 para 36 candidatos. O brigadista depois tem que ficar dois anos antes de se candidatar  
1394 novamente. Demonstra a ficha de inscrição. O curso tem diversas atividades para a brigada  
1395 para apoiar as queimadas controladas dentro e fora do parque, como o manejo de áreas  
1396 adquiridas dependendo da necessidade levando em conta as áreas sensíveis ao fogo e  
1397 atendendo a demanda das pessoas. O manejo do fogo tem como intensão fazer um mosaico  
1398 de áreas, garantindo a permanência dos campos e protegendo os banhados, as APPs em um  
1399 trabalho ao longo do ano. Esta área é transversal com outros trabalhos no parque,  
1400 manutenção, áreas de uso público para que não haja incêndio nas áreas, áreas de pesquisa  
1401 sobre as áreas sensíveis para se fazer um bom manejo do fogo. O Sr. Fabio pede que seja  
1402 enviado um e-mail sobre o andamento dos trabalhos para atualizar a todos sobre o tema e  
1403 para a próxima reunião. A Sra. Nivea pergunta se os cuidados serão tomados a partir de  
1404 agora ou se já existiam pois no ano passado viram várias irregularidades com relação ao  
1405 fogo, Araucárias queimadas, e fizeram um pedido que ela gostaria de ler: - as bases  
1406 científicas para o manejo do fogo, o monitoramento da biodiversidade comparado com os  
1407 diversos manejo visto que essa precaução ou discussão prévia é fundamental para os  
1408 efeitos a serem gerados, apresentar estudos caso existam, informação sobre controle  
1409 rodízio de áreas queimadas, sobre a paisagem informar quais áreas que necessitam ficar  
1410 fora da área de queima a fim de que a floresta se reestabeleça, verificou uma queima de  
1411 240 hectares segundo o google em uma noite e pergunta se esse monitoramento não existia  
1412 antes e se isso é de conhecimento do ICMBio. O Sr. Paulo Sergio informou que o que  
1413 ocorreu foi que havia áreas de campo com várias camadas. Como está se começando agora  
1414 e como essa prática se iniciou a pouco tempo, iniciou-se um incêndio. A Sra. Nivea disse  
1415 que no ano passado houve Araucárias queimadas e a Sra. Nivea disse que isso seria um  
1416 crime ambiental por uma Araucária queimada ou um banhado queimado. O Sr. Paulo  
1417 Sergio relatou que todo o cuidado é tomado para analisar estas áreas, mas que existem  
1418 áreas onde não se fazia a queima a 25 anos. A queimada foi efetuada na época certa, com a  
1419 humidade do solo, previsão de tempo, de vento, sendo que o ano passado foi muito  
1420 propicio para estas queimadas controladas. Se esse fogo viesse em uma época de seca, com  
1421 certeza o estrago teria sido maior, o que se fara de agora em diante é fazer um mosaico  
1422 para que não volte a ocorrer o que aconteceu. O Sr. Josemar, afirma que sem esse manejo,  
1423 um incêndio criminoso pode provocar um desastre. A Sra. Nivea pergunta se as  
1424 informações que ela solicita podem ser enviadas a ela e o Sr. Paulo Sergio diz que com  
1425 certeza. A Sra. Ketuly informou que a respeito estudo do manejo a UCs tem um  
1426 laboratório que trabalha só com questões e tem uma gama de estudos a cerca inclusive do  
1427 manejo com fogo. A Sra. Nivea questiona se inclusive estas agressões de áreas. A Sra.

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

1428 Ketulyn responde entender que talvez quando se faça o manejo vai atingir uma ou outra  
1429 Araucária, talvez um banhado ainda mais em áreas há muito tempo sem queimar, mas este  
1430 dano é ainda menor do que áreas que nunca são manejadas ocorrer por questões criminais  
1431 ou descuido de vizinho. A Sra. Nivea questiona se ainda assim denota crime ambiental e o  
1432 Sr. Pablo esclarece que esse é um efeito secundário pois o bem primário passa a ser maior.  
1433 A Sra. Ketulyn esclarece que a negligência em não se manejar estas áreas e não se buscar  
1434 uma forma também pode ser considerada um crime. Então se paga um determinado preço  
1435 até porque está se testando, é um manejo novo, mas numa visão mais ampla. A Sra. Nivea  
1436 pergunta se é vamos ver o que acontece, velha política. A Sra. Ketulyn esclarece que não é  
1437 neste aspecto, mas que durante anos exerceu-se uma forma de manejo onde os incêndios  
1438 entravam na unidade de conservação e os impactos foram catastróficos, não se tinha  
1439 manejo, o fogo entrou e dizimou completamente. Então, diante disso, coloca que tem que  
1440 se tomar uma iniciativa de manejo. Nestes primeiros anos vão ocorrer, qualquer ação, mas  
1441 para se ter um ganho a longo prazo. O Sr. Andrews lembra que a prática de queimada na  
1442 região remonta a mais de um século. Há relatos de há mais de 150 anos não só incêndios  
1443 naturais ocorrendo, mas um manejo provocado pelo manejo dos pecuaristas. Quando vejo  
1444 esta discussão toda penso se esse manejo era feito de maneira indiscriminada e gerou um  
1445 dano, esse dano não foi suficiente para impedir a criação de unidades de conservação, esse  
1446 é um dano inclusive contestado. Pois se estes campos que compõe esse mosaico são  
1447 campos manejados pelo fogo o que não impediu os animais endêmicos de se proliferarem e  
1448 este dano é contestado. A Sra. Ketulyn pergunta a respeito do questionamento da Sra.  
1449 Nivea sobre as áreas de floresta se reestabelecem, no entanto, as queimadas ocorrem em  
1450 áreas de campo e questiona se há algum estudo onde se informa que as áreas de campo  
1451 eram florestas. Sr. Fabio questiona se pode voltar a pauta e a Sra. Nivea concorda. O Sr.  
1452 Fabio falou sobre o processo de concessão e o estudo de viabilidade econômica que requer  
1453 melhorias. Diz que existe uma preocupação com os recursos para a manutenção das  
1454 unidades e acredita-se que com a concessão destas áreas alguns problemas serão  
1455 resolvidos. Há uma mobilização em Brasília para que a concessão ocorra. Espera que com  
1456 as intervenções o estudo de viabilidade atenda as necessidades dos parques e da região, que  
1457 haja um momento de discussão com os servidores e com a comunidade. A proposta era de  
1458 estar sentando uma semana para discutir com os colegas como colocar a proposta de uma  
1459 forma melhor que realmente atenda as nossas necessidades, bem como de estar  
1460 apresentando o resultado disso para a comunidade, mas como o início de ano foi muito  
1461 atribulado, o que pode dizer é que realmente se está trabalhando nisto. A concessão vai sair  
1462 sim e não há nada oficial além do que está sendo veiculados. O Sr. Pablo questiona se o  
1463 valor arrecadado será empregado na unidade de conservação. O Sr. Fabio diz que o valor  
1464 irá gerar retorno para a instituição. O Sr. Pablo questiona se vai ser discutida a forma de  
1465 aplicação deste recurso gerado na instituição, seria importante ver se parte deste recurso  
1466 pode ser aplicado em recurso, em pesquisa ou outros fora da área que irão operar, como  
1467 sinalização, seria importante levantar isso se teremos este retorno investido nas unidades  
1468 de conservação. O Sr. Deonir diz que a contrapartida prevista no edital é muito pouco. O  
1469 conselho teria como se manifestar verificando se o edital está condizente com o que se está  
1470 fazendo no conselho e se este valor retorna para a unidade. O Sr. Deonir e a Sra. Eridiane  
1471 afirmam que não vai retornar o valor para a unidade. O Sr. Pablo diz que a forma seria  
1472 colocar no edital estes valores para retornar a benefícios específicos ao parque. Pede que  
1473 conste em ata ver se o conselho pode ver o edital antes de sair. O Sr. Andrews diz que estas  
1474 contrapartidas são voltadas a geração de receita para a concessionária. Talvez uma forma  
1475 seja ter outras contrapartidas. O Sr. Pablo considera que essa concessão tem que ter uma



## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

1476 sinergia com o conselho, um plano de articulação com essa concessão, talvez convidar os  
1477 que pleiteiam a concessão ao conselho para ouvi-los no conselho. Não sabemos como as  
1478 demais entidades estariam disponíveis. O Sr. Eduardo pergunta se o edital será ou não  
1479 passado pelo edital, se vamos discutir ou não, o ICMBio vai chamar reuniões  
1480 extraordinárias, se a plantuc pode voltar a traz, o Sr. Eduardo pede que seja discutido da  
1481 forma que a Plantuc quer e não da forma que o conselho apresentou. O Sr. Fabio diz que  
1482 os servidores passaram suas observações, mas que esperam de Brasília a definição. O Sr.  
1483 Fabio disse que ainda não tenha estas informações e tão logo as tenha nos informará. O Sr.  
1484 Andrews lembra que a Plantuc apresentou aos conselheiros o EVE. A Sra. Nivea diz que as  
1485 pessoas da Plantuc disseram que haveria uma discussão no conselho, no entanto a Sra.  
1486 Kelly lembra que eles disseram que iriam encaminhar para o ICMBio e que nos  
1487 mostrariam depois a versão final e que o questionamento de todos é o mesmo. O Sr. Pablo  
1488 pede que o presidente do conselho leve esta inquietação do conselho para que nos deem  
1489 diretrizes do que ocorrerá. O Sr. Fabio, diz que tem uma série de acordos feitos com as  
1490 Diretorias e foi solicitado pela discussão com as equipes e tão logo haja este momento  
1491 falará com cada um como está.

1492 O Sr. Fabio falou sobre o grupo que está estudando os trabalhos para a publicação das  
1493 portarias para trazer uma portaria que atenda as necessidades de todos e após  
1494 encaminhamento ao jurídico teremos nossa portaria de condução concluídas. Haverá  
1495 alguma mudança no processo de cadastramento dos condutores e chama os condutores das  
1496 partes alta e baixa para considerar na portaria o recadastramento. Solicita a todos que  
1497 procurem o parque para se recadastrar. Chama o Sr. Fabio a falar sobre a trilha de longo  
1498 curso, onde iremos treinar as pessoas para iniciar com foco na Borda Sul do Fortaleza. O  
1499 Sr. Josemar diz que dentro das trilhas de longo curso pegadas pretas e amarelas se  
1500 percebeu que aparados da serra não estava se mobilizando em um processo que estava  
1501 ocorrendo a nível nacional, é voluntário mas a flona de São Francisco e de Canela através  
1502 da trilha das Araucárias já vem sinalizando e se aproximando de nossa localidade. Neste  
1503 sentido, o Sr. Josemar e o Sr. Andrews fizeram uma expedição entre São José dos Ausentes  
1504 e a Rocinha até a divisa do estado e o parque de São Joaquim está avançando na parte de  
1505 Santa Catarina, Laranjeira, espriados já entrou e agora estão ligando São Joaquim até o  
1506 Tabuleiro que ligará até o Rosa. No mundo todo onde se iniciou a trilha de longo curso,  
1507 espécies exóticas, caçadores, bandidos, fogo se afasta e a fauna e flora começa a recuperar.  
1508 Começam a se tornar corredores naturais, o trabalho dos prestadores de serviço se  
1509 intensificam, comunidades da região começam a prestar serviços, moradores começam a  
1510 fazer pontos de apoio e no Brasil já é uma realidade, onde se constituiu uma caminhada de  
1511 longo curso sinalizada e manejada, traz resultados significativos para o trade de cada  
1512 região. Cora coralina, Araucárias, Goitacazes. A Sema trará um novo curso de sinalização  
1513 e manejo e iniciar identificação de trilhas com as autorizações legais e seguir em São José  
1514 dos Ausentes com a parte técnica e em Campo e após em Mampituba, Praia Grande e  
1515 Jacinto Machado e quem quiser vai montar seus grupos para seguir com a trilha. Vamos  
1516 fazer Cambará e auxiliar os outros. Dizem que a menina dos olhos de ouro da trilha de  
1517 longo curso no Brasil está aqui no Aparados, não só na linha principal como Faxinalzinho,  
1518 Serra dos Porcos, Cavalinho. Se neste momento não conseguimos trabalhar dentro do  
1519 parque, vamos trabalhar outras trilhas de ramificações e para fora. Neste grupo que iremos  
1520 montar não tem entidades, somente pessoas voluntárias neste grupo para fazer. Temos que  
1521 pedir autorizações, mas é o início de um trabalho que está crescendo no Brasil. A Sra.  
1522 Ketulyn traz o exemplo da região de Três Forquilhas, Três Cachoeiras que trazem a  
1523 questão do Vale das aves e das águas até para pesquisarem de empreendedores de turismo

## REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO

### Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

#### 59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral

1524 que fora da unidade de conservação, iniciaram as oficinas e tem um grupo trabalhando que  
1525 irá atrair turistas e gerar renda, posso alugar uma cama um banho quente. O Sr. Josemar  
1526 disse que uma possibilidade da reunião onde o Sr. Deonir deu uma previsão significativa  
1527 de regularização a cinco anos para que aí o parque possa atravessar de Norte a Sul o parque  
1528 em todas as suas ramificações. Sobe por um lado, acampa, desce por outro, abrindo muitas  
1529 possibilidades. Um momento onde a transição da unidade de conservação, tirando o  
1530 Fortaleza que estamos podendo fazer, vamos fazer o manejo e sinalização dela. Em São  
1531 José dos Ausentes a Secretária Aline iniciou a discussão com todos os proprietários,  
1532 inclusive eles já têm autorização, as cancelas não estão prontas ainda, mas com o grupo  
1533 formado e apoiando a Aline, lá é uma das trilhas que vai avançar rápido. Fazendo os  
1534 trechos que dá para fazer para avançar para depois ligar. Vamos iniciar pelo curso. O Sr.  
1535 Eduardo fala para Kelly e Andrews pela ASG e pede que se de valor para este conselho,  
1536 informar que estamos atentos e verificar as entradas e com concessão que entra em  
1537 Cambará do Sul e o impacto para as operadoras. A Sra. Kenia dá a sugestão para a Câmara  
1538 Temática de uso público para reunir e fazer levantamentos e diante disso em uma  
1539 assembleia geral e se o conselho assim entender fazer um manifesto neste sentido. Sugere-  
1540 se ao Sr. Eduardo se inserir no Grupo e chamar a atenção das pessoas. O Sr. Andrews disse  
1541 que cada junto à Aeturcs fizemos um manifesto entregue ao Ministro do Meio Ambiente.  
1542 O interesse tem que ser de cada um. A Sra. Kelly diz que cada um é responsável. O Sr.  
1543 Andrews convida o Sr. Eduardo a trazer a CT de Uso Público e se compromete a ajuda-lo  
1544 nisso. A Sra. Kenia lembra que os grupos e câmaras são instancias legítimas para as  
1545 reivindicações e que o conselho tem representatividades de todos os setores o que é muito  
1546 positivo o que contribuição de todos para demandas e manifestações legítimas. Sr. Fabio  
1547 demanda a todos se tem questionamentos, pergunta ao Sr. Deonir e a Sra. Eridiane que  
1548 responde não, ao Sr. Paulo Sergio e dá por encerrada a reunião do Conselho Consultivo  
1549 dos Parques.  
1550

#### PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS

1. **Enviar documentos comentados e apresentados durante a reunião.**  
**Responsável: Josemar Contesini.**  
**Prazo: junto a ata.**
2. **GT Regimento Interno - trazer para a próxima assembleia o resultado desse trabalho**  
**Responsável: Kelly Castan da Fonseca**  
**Prazo: próxima Assembleia**
3. **CT Fomento ao Turismo – reformular os participantes tendo em vista a saída de alguns deles.**  
**Responsáveis: Sr. Andrews, Kelly e Nivea**
4. **GT Revisão do Plano de Manejo – fazer cronograma de encontros para acelerar o trabalho**  
**Responsável: Kenia e Josemar**  
**Prazo: estabelecer cronograma**

<b>REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO</b>
<b>Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral</b>
<b>59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral</b>

- 5. Concessão: verificar solicitação de contrapartida da concessão para beneficiar pesquisa, sinalização ou outras benfeitorias para a preservação dos parques.  
Responsável: Sr. Fabio e/ou Câmara Temática de Uso Público**
  
- 6. CT manejo do fogo – seguir trazendo os pontos de situação ao conselho  
Responsável: Paulo Sérgio  
Prazo: a cada Assembleia**

---

Presidência do Conselho

**REUNIÃO DE CONSELHO CONSULTIVO**

**Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

**59ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**

**ANEXOS**

**1. Lista de presença:**